

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ADRÍCIA CARLA SANTOS BONFIM

**União das Mulheres de Maceió (UMMa): uma abordagem interseccional das lutas
das mulheres cisgêneras na abertura
Maceió/AL (1970 – 1980)**

Maceió
2022

ADRÍCIA CARLA SANTOS BONFIM

União das Mulheres de Maceió (UMMa): uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura Maceió/AL (1970 – 1980)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Graduada em História – Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Elias Ferreira Veras

Maceió
2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

B713u Bonfim, Adrícia Carla Santos.
União das Mulheres de Maceió (UMMa) : uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura Maceió/AL (1970-1980) / Adrícia Carla Santos Bonfim. – 2022.
68 f. : il.

Orientador: Elias Ferreira Veras.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : licenciatura)
– Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 66-68.

1. Alagoas - História - 1964-1985. 2. Identidade de gênero. 3. Feminismo. 4. Interseccionalidade. 5. Abertura política. I. Título.

CDU: 94(813.5).88:396

AGRADECIMENTOS

À minha família e amigos/as, pelo apoio, incentivo e afeto ao longo da graduação.

Aos meus amigos de curso, Augusto, Higor, Hugor e Matheus, pelo aprendizado e parceria ao longo dos anos da graduação;

Aos meus amigos e colegas da museologia, Hildênia, Lara, Williams, Eduardo, Igo, Renata e Bernardo, por todo apoio e aprendizado desenvolvido em conjunto;

Aos professores e às professoras que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, por mostrarem que o ensino e a pesquisa caminham juntos e que ser professora, historiadora significa também se posicionar politicamente e construir uma historiografia e educação não neutras;

Aos/às colegas integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/UFAL) e do projeto de iniciação científica *Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)*, por todas as discussões, o aprendizado e a pesquisa documental realizada no jornal *Gazeta de Alagoas*, analisada nesta monografia;

À Paula Palamartchuk e Anderson da Silva Almeida, por se disponibilizarem a ler este trabalho e contribuírem com o seu aprimoramento;

Ao meu orientador, Elias Veras, por todo afeto, compreensão e orientação para a construção de uma historiografia que rompa com os silenciamentos de gênero, raça, classe e sexualidade;

À Elaine, pelo apoio e disponibilidade em fazer a revisão ortográfica da versão final deste trabalho;

À Alba Correia, Taís Normande e Gal Monteiro, por suas contribuições a esta pesquisa, e a todas as companheiras que lutaram e seguem lutando pelos direitos das mulheres, contra a opressão e a exploração de gênero, raça, sexualidade e classe em nossa sociedade.

RESUMO

Ao longo do período da ditadura civil-militar-cisheteronormativa (QUINALHA, 2017), muitos foram os conflitos travados entre os que reivindicavam a democracia e os que sustentavam a ditadura. Nesse contexto, as lutas por direitos deram-se sob aspectos tão diversos quanto aqueles/as que as protagonizaram. Nas décadas de 1970 – 1980, as discussões sobre a Constituinte e a abertura democrática fizeram emergir no cenário nacional uma diversidade de sujeitos: mulheres (neste trabalho, com destaque às mulheres cisgêneras), LGBTs, negros/as, que passaram a atuar e a resistir politicamente sob novas formas de organização e mobilização, colocando em evidência as questões de gênero, classe, raça e sexualidade. Assim, partindo de uma perspectiva interseccional (AKOTIRENE, 2019; DAVIS, 2016; CRENSHAW, 2020), busco investigar, na presente monografia, como essas questões são performadas no cenário alagoano, a partir da análise da atuação das mulheres cisgêneras que constituíram a União das Mulheres de Maceió (UMMa).

Palavras-chave: ditadura civil-militar-cisheteronormativa; gênero; movimento de mulheres; interseccionalidade; abertura.

ABSTRACT

Throughout the period of the civil-military-cisheteronormative dictatorship (Renan Quinalha, 2017), there were many conflicts between those who claimed democracy and those who supported the dictatorship. In this context, the struggles for rights took place under aspects as diverse as those who carried them out. In the 1970s – 1980s, discussions about the Constituent Assembly and democratic opening made a diversity of subjects emerge on the national scene: women (in this work, with emphasis on cisgender women), LGBTs, blacks, who began to act and resist politically under new forms of organization and mobilization, highlighting issues of gender, class, race and sexuality. Thus, from an intersectional perspective (Carla Akotirene, 2019; Angela Davis, 2016; Kimberlé Crenshaw, 2020), I seek to investigate in this monograph how these issues are performed in the Alagoas scenario, based on the analysis of the performance of cisgender women who constituted The União das Mulheres de Maceió (UMMa).

Key words: civil-military-cisheteronormative dictatorship; genre; women's movement; intersectionality; opening.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Gazeta de Alagoas, Maceió, 24 de fevereiro de 1988. ACERVO GEPHGS/UFAL	36
Figura 2 Gazeta de Alagoas, Maceió, 17 de julho de 1985. ACERVO GEPHGS/UFAL	36
Figura 3 Gazeta de Alagoas, Maceió, 01 de dezembro de 1985. ACERVO GEPHGS/UFAL	37
Figura 4 Cartilha: “Vamos formar a União de Mulheres”. Material de divulgação da União das Mulheres de Maceió. ACERVO PESSOAL DE ALBA CORREIA.	42
Figura 5 Estatuto da UMMa, 1984, página 1. ACERVO PESSOAL DE ALBA CORREIA	47
Figura 6 Gazeta de Alagoas, 23 de julho de 1988. ACERVO GEPHGS/UFAL	48
Figura 7 Ata de reunião da UMMa, 24 de abril de 1982. ACERVO PESSOAL DE TAIS NORMANDE.....	51
Figura 8 Ata de reunião da UMMa, 19 de abril de 1982. ACERVO PESSOAL DE NOME TAÍS NORMANDE	51
Figura 9 Trecho do cartaz de divulgação do II Encontro das Mulheres de Maceió. ACERVO PESSOAL ALBA CORREIA	52
Figura 10 Boletim Informativo 3, dezembro de 1983. ACERVO PESSOAL ALBA CORREIA	54
Figura 11 Cartilha “Direitos da Mulher Trabalhadora”, elaborada pelo Departamento de Relações Sindicais e Trabalhistas da UMMa. ACERVO PESSOAL TAÍS NORMANDE	56
Figura 12 Trecho do cartaz de divulgação do II Encontro das Mulheres de Maceió. 1984 ACERVO PESSOAL TAÍS NORMANDE	57
Figura 13 Gazeta de Alagoas, Maceió, 15 de junho de 1983. ACERVO GEPHGS/UFAL	58

Figura 14 Boletim informativo da UMMA, moção de apoio, 1985. ACERVO PESSOAL ALBA CORREIA	60
Figura 15 Imagem encontrada no acervo pessoal de Alba Correia. ACERVO PESSOAL ALBA CORREIA	61
Figura 16 Gazeta de Alagoas, 09 de julho de 1985. ACERVO GEPHGS/UFAL	62
Figura 17 Gazeta de Alagoas, 11 de julho de 1985. ACERVO GEPHGS/UFAL	63
Figura 18 Gazeta de Alagoas, Maceió, 24 de fevereiro de 1988. ACERVO GEPHGS/UFAL	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFAL	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas
APAL	Associação dos Professores de Alagoas
CEMA	Centro da Mulher Alagoana
DCE	Diretório Central dos Estudantes
FNB	Frente Negra Brasileira
GEPHGS	Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Gênero e Sexualidade
GLF	Grupo Lésbico Feminista
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
TEN	Teatro Experimental do Negro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UMMa	União das Mulheres de Maceió

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. CAPÍTULO 1. QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA NA ABERTURA: MULHERES, NEGROS E LGBTs EM LUTA NA ABERTURA	15
2.1 Abertura: duas perspectivas de interpretação	15
2.2 Além dos partidos políticos: movimentos feministas, negro e LGBT	22
3. CAPÍTULO 2. FEMINISMOS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1970-1980	24
3.1 O “ano da mulher” e o feminismo	24
3.2 A emergência do feminismo e movimentos de mulheres	26
4. CAPÍTULO 03. UNIÃO DAS MULHERES DE MACEIÓ (UMMa): SUJEITAS, DISCURSOS E PRÁTICAS	35
4.1 Protagonistas	35
4.2 Emergências e reivindicações	46
4.3 Ações públicas	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é resultado da investigação acerca da atuação das mulheres cisgêneras (Leticia Nascimento, 2021) nas mobilizações sociais no Brasil durante o período da abertura democrática, sobretudo, na cidade de Maceió, Alagoas. Adotando uma abordagem interseccional, conforme Carla Akotirene (2019), Angela Davis (2016) e Kimberlé Crenshaw, (2020), analiso como estas sujeitas se engajaram no cenário político e quais as questões que as mobilizaram. Esta pesquisa surge do inquietamento quanto aos apagamentos historiográficos que ainda recaem sobre a atuação das mulheres nos processos históricos, sobretudo, na historiografia alagoana.

Enquanto integrante do projeto de pesquisa intitulado *Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)*, coordenado pelo professor Elias Ferreira Veras, entre 2018 e 2019, aproximei-me das discussões historiográficas acerca do período ditatorial e da abertura democrática. Durante as reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, História e Sexualidade (GEPHGS) e dos grupos de estudos do PIBIC, discutimos textos relacionados a esses períodos, com ênfase nas questões de gênero, de raça, de classe e de sexualidade, por meio dos quais percebi que a historiografia “oficial” pouco faz referência à atuação das mulheres. Mesmo nas obras que se tornaram leituras tradicionais nos cursos de história (no que diz respeito à compreensão do período ditatorial), como *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas* (Carlos Fico, 2017), *O tempo do regime autoritário: Ditadura militar e redemocratização* (Jorge Ferreira, 2019) ou *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985* (Francisco Silva, 2019), os processos históricos são discutidos de modo que não aparecem problematizações sobre o gênero ou raça dos/as sujeitos/as, gerando uma homogeneização que invisibiliza as múltiplas experiências e oculta as complexidades presentes na história.

A partir dessas discussões e de uma das atividades do GEPHGS, que consistia em montar um acervo sobre a participação destes/as sujeitos/as nas mobilizações em Alagoas naquele período, tive contato com periódicos que mencionavam a União das Mulheres de Maceió (UMMa), movimento de mulheres que atuava em Alagoas,

sobretudo, na cidade de Maceió, e articulava mobilizações voltadas à luta por democracia e os demais direitos das mulheres.

Na presente monografia, analiso as ações desse grupo, por meio dos periódicos que o menciona e das entrevistas realizadas com algumas de suas integrantes. Busco compreender como algumas das mulheres alagoanas atuaram no período da abertura democrática em Alagoas. Tendo em vista uma perspectiva interseccional e estabelecendo diálogos com as discussões sobre gênero, sexualidade, raça e classe no período da abertura democrática, busco investigar como essas questões foram colocadas em evidência durante a reabertura, como os sujeitos/as, especialmente, as mulheres cisgêneras da UMMa, mobilizaram-se e contribuíram para as lutas de reivindicações por direitos e por democracia.

Uso como fontes os periódicos da *Gazeta de Alagoas*, que fazem parte do Acervo GEPHGS/UFAL, bem como as entrevistas que realizei com as integrantes da UMMa em seu período de atuação: Taís Normande, entrevistada em 05 de dezembro de 2019, em sua residência, ocasião em que me foram cedidos alguns materiais acerca da atuação da UMMa; Alba Correia, entrevistada em 23 de abril de 2021, e Gal Monteiro, entrevistada em 27 de maio de 2021, ambas foram entrevistadas de forma remota, tendo em vista o contexto de pandemia no Brasil. Ainda assim, foi realizado um encontro posterior com Alba, durante o qual tive acesso a seu acervo pessoal, formado por documentos acerca da UMMa. Entre os materiais cedidos pelas entrevistadas, estão atas de reuniões da UMMa, cópia do regimento da entidade, cartilhas, folhetos e cartazes de divulgação, dentre outros.

Considerando as realidades e contextos diversos que tangem às experiências das mulheres quanto às suas maneiras de vivenciar e performar o gênero, conforme discutido por Letícia Nascimento (2021) é utilizado nesta pesquisa o termo *cisgêneras* para se referir às mulheres e suas trajetórias e ações discutidas ao longo desta pesquisa, como tentativa de identificar quais as sujeitas aqui referidas e localizar suas experiências dentro dessas pluralidades. Também na tentativa de se sobrepor às normas de gênero sexistas, embora não previsto nas normas científicas de trabalhos acadêmicos, as referências teóricas aqui são citadas utilizando o nome e sobrenome das autoras e dos autores, no intuito de visibilizar a identidade de gênero de quem os

escreve, uma vez que, os sobrenomes, por si só, corroboram a lógica de universalização do masculino.

Esta monografia está dividida em três capítulos. No capítulo, *Quando novos personagens entram em cena na abertura: mulheres, negros e LGBTQs na abertura*, trago uma discussão entre as obras de Francisco Teixeira da Silva (2019) e Eder Sader (1988), para pensar as narrativas acerca da abertura democrática brasileira, a atuação dos partidos políticos e como estavam organizados os movimentos sociais nesse período. Já no segundo capítulo, *Feminismos no Brasil nas décadas de 1970 - 1980*, são trazidas algumas perspectivas quanto à atuação dos movimentos feminista e de mulheres no Brasil, nas décadas de 1970-1980. Por fim, no terceiro capítulo, *União das Mulheres de Maceió: sujeitas, discursos e práticas*, é destacada como essas atuações desdobram-se no cenário alagoano, considerando a atuação das mulheres cisgêneras nas ações da União das Mulheres de Maceió (UMMa).

Por fim, além da necessidade de colocar em evidência as mobilizações e a atuação das mulheres alagoanas, reconhecendo um espaço que rompa com o seu apagamento, a presente pesquisa também foi motivada pela preocupação quanto aos constantes ataques aos nossos direitos, que marcam o atual cenário brasileiro, em que as desigualdades de classe, raça e gênero são agravadas. Isso se soma ao contexto de pandemia do Covid-19, que tomou o Brasil, a partir de 2020, o que impactou significativamente no agravamento das dificuldades para a conclusão deste trabalho; uma vez que enquanto mulher negra e jovem pesquisadora, as condições deste cenário não me foram alheias, pelo contrário. Desse modo, a conclusão desta pesquisa é uma forma de resistir a esses silenciamentos que nos são impostos sistematicamente.

2. CAPÍTULO 1. QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA NA ABERTURA: MULHERES, NEGROS E LGBTs EM LUTA NA ABERTURA

2.1 Abertura: duas perspectivas de interpretação

No dia 31 de março de 1964, teve início a ditadura civil militar cisheteronormativa no Brasil. Os anos seguintes a este foram marcados pela suspensão da democracia e pelo extremo autoritarismo militar, impactando política, social e economicamente o cenário brasileiro e deixando suas marcas na história e historiografia. Passadas décadas, permanecem, ainda, disputas quanto às narrativas e às memórias evocadas acerca desse processo, que vão desde sua consolidação, com o golpe de estado civil militar, até o esfacelamento do regime, chegando ao seu fim com o processo de redemocratização.

O processo de reabertura democrática no Brasil, que vai estar em discussão, sobretudo a partir dos anos 1980 (Eder Sader, 1988), é permeado por tais disputas, fruto de silenciamentos e de evidenciações, gerados através das relações de poder existentes, possibilitando variadas perspectivas a seu respeito. A “história oficial” costuma resultar em simplificações acerca dos desdobramentos desse processo de modo que não há reconhecimento, gerando, assim, apagamentos quanto à participação de grupos e movimentos sociais nesse período, como os movimentos de mulheres, movimento negro e movimento LGBT, provocando a secundarização da importância das questões de gênero, sexualidade e raça no referido período.

Considerando gênero, sexualidade, raça e classe como marcadores, busco, nesta pesquisa, trazer uma análise interseccional (Carla Akotirene, 2019; Angela Davis, 2016; Kimberlé Crenshaw, 2020) acerca da abertura, investigando a atuação dos/as sujeitos/as e as questões que os mobilizaram, sobretudo, no que diz respeito à atuação das mulheres *cis* (Letícia Nascimento, 2021) em Alagoas, durante a abertura.

Em *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil*, Francisco Teixeira da Silva (2019) destaca a participação que os partidos políticos tiveram no processo de abertura, assim como também indica sinais de crises no regime militar desde sua instauração e como seus autores conseguiram, por vezes,

superá-las (ou mesmo adia-las), gerando ensaios de aberturas políticas até sua consolidação no final da década de 1980. Já Eder Sader (1988), em *Quando novos personagens entram em cena*, atribui destaque à participação de novos personagens e suas novas formas de mobilização nesse período, assim o autor reflete acerca da influência que eles tiveram na configuração do cenário brasileiro, que resultaria na reabertura democrática.

Embora o primeiro atente-se para as configurações entre os partidos e para as disputas de narrativas (entre militares e a esquerda) sobre o processo de abertura e o segundo evidencie a dinâmica dos movimentos sociais sob uma nova roupagem, ambas as interpretações possibilitam um vislumbre das movimentações ocorridas no Brasil durante esse período, apontando para um cenário de efervescentes mobilizações e de crise do regime militar.

De acordo com Eder Sader (1988), o final da década de 1960 e o início dos anos 1970 são marcados pela popularidade dos militares: o “sucesso” da política econômica intitulada pelos militares de *milagre brasileiro*, a derrota das guerrilhas e a vigência do Ato Institucional Número 5 são exemplares. Por outro lado, o final dessa década (1970) será marcado pelo início de um período de efervescência dos movimentos sociais, em que serão desenvolvidas novas formas de resistência e mobilização, como, por exemplo, novos movimentos de bairros e o novo sindicalismo (Eder Sader, 1988).

Se as décadas de 1960 e 1970 são caracterizadas por ditaduras (Francisco da Silva, 2019) na América Latina, a década seguinte seria o período de suas crises e reestruturação das democracias. Em alguns casos, esse processo deu-se por meio de uma *transição por colapso*, na qual os ditadores foram derrotados de imediato, sobretudo, pela mobilização direta das classes populares; em outros, por uma *transição pactuada*, na qual os atores da ditadura foram destituídos gradualmente, com a mediação das eleições e tendo acesso a concessões políticas, como, por exemplo, a anistia aos ditadores, sendo este último o caso do Brasil (Francisco da Silva, 2019).

Embora o autor aponte o Brasil como um caso de *transição pactuada*, na qual os militares não foram destituídos imediatamente pela sociedade civil, traz esse processo como um espaço ainda em disputa. Está é evidenciada pela *postura*

favorável aos militares, ou seja, a não responsabilização deles por seus crimes e/ou a não apuração devida dos atos praticados por eles durante o período ditatorial, tendo como resultado a tentativa destes de invisibilizar a participação da sociedade civil nesse processo, colocando-o como fruto da escolha dos militares e invalidando a atuação dos movimentos sociais e da sociedade nas ruas:

O ponto de vista dos militares, embora não problematize a questão, prende-se claramente a um projeto de abertura limitado e conduzido pelo alto, do qual estariam excluídas as forças de oposição e a construção de uma sociedade aberta e justa, que então procuravam na revolta aberta contra o regime a realização do projeto de abertura alternativa considerado verdadeiramente democrático (Francisco da Silva, 2019, p. 330).

A negação dos militares quanto à participação da oposição nesse processo está acompanhada pela negação das crises que marcaram a ditadura desde a sua instauração e a sua tentativa de construir uma narrativa de controle por parte deles. Assim, insistir na ideia de crise das ditaduras significa, aqui, traçar uma narrativa contrária à ideia de que os militares estiveram sempre no controle acerca do processo de abertura. Além disso, havia uma cisão sobre os rumos que o regime deveria tomar. A *linha dura* defendia a sua extrema manutenção, já outra ala, ensaiava aberturas ao longo dos anos, apostando em uma transição *lenta, gradual e segura* (como cogitou Geisel, o “ditador da abertura”), ou seja “a abertura deveria, idealmente para seus formuladores, permanecer sob a tutela militar, limitada e lenta, porém não durante todo o processo” (idem, 2019, p336.). De acordo com Francisco da Silva (2019), essas tentativas de abertura do regime eram freadas pelo receio dos militares perderem o controle por conta das grandes pressões populares, que aceleravam o processo, reivindicando uma ruptura completa com as estruturas do regime. Desse modo, mesmo que duramente reprimidos e acumulando derrotas, é inegável a participação dos movimentos sociais (sociedade civil) nesse processo, além da pressão internacional, uma vez que a discussão dos direitos humanos estava em alta no final dos anos 1970, assim não há a regulação total dos militares sob a reabertura: “entre nós, são os derrotados que querem ditar o rumo do processo” (idem, 2019, p.344.).

O início dos anos 1970, período marcado, como já dito, pela intensificação da violência e do autoritarismo, com o AI-5 e a derrota das guerrilhas, enquanto os militares reconstróem sua popularidade, exaltando o *milagre brasileiro*, que mais tarde

se mostraria uma política econômica falida, também é considerado como momento de “fim do ciclo da ‘esquerda revolucionária’”¹ (Emir Sader,1988). Derrotadas, as esquerdas passam a apostar no MDB, único partido de oposição consentida, percebendo-o como um condutor para a abertura, uma vez que as tentativas de enfrentamento direto à ditadura não obtiveram êxito:

[...] no campo da oposição, o MDB acabou por ser empurrado em direção a uma atuação mais firme diante do regime civil-militar por uma sociedade civil extremamente organizada e mobilizada, com os sindicatos, a Igreja, a imprensa, os artistas e a universidade desempenhando um ativo papel de crítica ao regime e, mesmo, ao seu projeto de abertura política, considerado quase unanimemente pelas organizações civis como insuficiente e por demais lento (Francisco da Silva, 2019, p.325).

Sendo o único partido de oposição, o MDB, vai se tornar um canal para a luta contra a ditadura, embora sua política de enfrentamento a ela seja vista como insuficiente, sobretudo pelos membros ligados a organizações partidárias, como o próprio PC do B. Contudo, a partir dele, atuarão vários movimentos:

[...] mesmo tempo em que crescia a compreensão de que o espaço político, mesmo restrito, era, nas condições vigentes, o único caminho da mudança política no país. Um certo desdém, e mesmo descrédito, que envolvia inicialmente o MDB, como oposição do regime, começa a ser substituído pela noção de um MDB autêntico, com um projeto pacífico, parlamentar e democrático de transição para a democracia (Francisco da Silva, 2019, p.332).

Primeiro, essa atuação, sobretudo dos setores ligados às organizações partidárias no MDB, indicará o papel aglomerador que este partido viria a desempenhar ao longo da década de 1980, período em que a ditadura enfrentou sua última crise. Segundo, também ensaia um impedimento na radicalização das ações do MDB, que vão se restringir às disputas nos Colégios Eleitorais, que culminaria na vitória de Tancredo Neves nas eleições presidenciais em 1985, que pôs fim à sequência de militares na presidência.

[...] sendo agora os partidos os responsáveis pela direção da abertura, as pressões populares, o clamor das ruas, contagiam e imprimem, também seus interesses ao movimento. Muito particularmente, num movimento corretivo da deriva centrista e moderada que a abertura adquirira, surge um poderoso

¹ As sucessivas derrotas nas guerrilhas marcaram o fim desta tática de atuação das esquerdas, passando a adotar outros métodos de mobilização, entre eles a atuação política no MDB. (Eder Sader,1988).

movimento – este com ativa participação do PT – em prol de uma Assembleia Nacional Constituinte, capaz de impor a marca popular na transição pactuada (Francisco da Silva, 2019, p.348).

Neste trecho, o autor atribui aos partidos políticos um papel de direção na condução da abertura, o que irá conformar uma *transição pactuada*, uma vez que não houve uma derrota direta da ditadura pelas massas populares. Nesse sentido, o caráter popular só viria aparecer nas movimentações acerca da Constituinte.

Em meados da década de 1970, além de atuar organizadamente no MDB, a militância partidária, até o momento ilegal, passará também a se vincular com as classes populares a partir de outras estratégias:

[...] sem cancelarem estratégias revolucionárias elaboradas nos pequenos círculos conspirativos, esses grupos procuram enraizá-las nas massas, vinculando-se às ações coletivas de resistência, por diminutas que fossem. Pensavam que ao longo dessas experiências – desde que orientadas por suas ‘vanguardas’ – os trabalhadores fariam o aprendizado que os levaria à consciência de classe (Eder Sader, 1988, p.172).

Sader aponta alguns dos caminhos tomados pela esquerda revolucionária, a esquerda partidária, durante o seu período de dispersão na década de 1970, após consecutivas derrotas e violentas retaliações por parte do regime. Esses grupos percebem a atuação junto aos trabalhadores e aos seus movimentos como meio para conscientizá-los. No entanto, embora estivessem resguardados por não estarem atuando diretamente através de seus partidos, é possível constatar que

[...] essas atividades junto a oposições sindicais, grupos de alfabetização e educação popular, associações de bairros, grupos de fábrica, eram constantemente interrompidas ou ameaçadas pelos vínculos que tinham com a face conspirativa das organizações. Será cada vez maior o número de militantes que – individualmente ou em grupos – começam a se desprender dessas organizações e a manter essas atividades junto aos trabalhadores já sem as referências totalizadoras das estratégias revolucionárias. É que essa crise da esquerda brasileira se deu num momento em que internacionalmente as estratégias revolucionárias e a teoria marxista eram fundamentalmente questionadas (Emir Sader, 1988, p.173).

Como apontado no trecho acima, há um movimento de afastamento das estruturas tradicionais partidárias e a centralização de uma atuação junto aos movimentos populares. Sader chega a utilizar o termo *esquizofrenia ideológica* para se

referir às divergências relacionadas aos temas centrais discutidos pelos revolucionários, que diziam respeito à caracterização da sociedade brasileira, sendo eles motivo de cisões dentro dos movimentos. O autor indica, assim, uma aproximação aos temas voltados à conjuntura *concreta*, que estarão mais alinhados às ações dos movimentos populares.

Assim, até a metade da década de 1970, vemos, como lembra Francisco Teixeira, um MDB pressionado pela sociedade civil a tomar a direção do processo de abertura, mas freado pelo autoritarismo ainda vigente, que o fará seguir essa transição pactuada. Temos, ainda, uma esquerda em crise e dispersa, atuando cada vez mais junto aos movimentos populares e, no que se refere à crise, ela se estenderá à população, que, nesse momento, passaria de certa forma a desacreditar nas estruturas partidárias, no sentido de percebê-las como caminho para a resolução dos seus problemas, passando a traçar suas próprias estratégias de resistência (Francisco da Silva, 2019).

Para além disso, é preciso também se atentar ao papel desempenhado pelos partidos políticos na abertura. Embora o MDB recebesse apoio popular nas eleições nos colégios eleitorais, até que ponto é possível atribuir a direção de uma transição pactuada aos partidos políticos (MDB e os partidos de direita)? Com essas estruturas em crise (o que é demonstrado por Sader quando o autor aponta a necessidade de novas organizações e a insuficiência das estruturas para dar conta das ações dos novos sujeitos), no que diz respeito à oposição ao regime, não é o partido que mobiliza as classes populares para a abertura, são as classes populares, expressas em seus variados movimentos sociais, que mobilizarão a sociedade civil para uma abertura (o que é identificado a partir das colocações de Silva, quanto às pressões populares por uma abertura nos momentos de crises da ditadura), e que, desacreditadas da ideia de uma ruptura abrupta, veria no MDB um meio para concretizá-la, visto que este era o único partido oficial/legal da oposição.

Outra questão a ser considerada aqui, para compreender o cenário, é que a emergência de um novo sindicalismo, muito atrelado ao Partido dos Trabalhadores (já após a suspensão do AI-5), que se localizará mais à esquerda do MDB, e percebendo o ar centrista e limitado que tomará suas ações, impulsionará o movimento de

cobrança por uma Assembleia Nacional Constituinte, “deixando a marca popular na *transição pactuada*”.

No que diz respeito ao contexto que toma os movimentos sociais na década de 1980, a colocação de Sader indica o ensaio de suas novas formas ainda na década de 1970:

A fragmentação de movimentos sociais aparece em primeiro lugar vinculada à diversidade das próprias condições em que emergem. A heterogeneidade constitutiva da estrutura social induziria a reprodução das diversidades no plano das manifestações sociais (Eder Sader, 1988, p. 197-198).

E ainda:

Quando acompanhamos a história dos vários tipos de organização popular na Grande São Paulo nesse período, nos defrontamos quase sempre com a presença da Igreja Católica, sua rede de agentes pastorais e suas estruturas de funcionamento; com matrizes discursivas da contestação, mescladas nas práticas concretas onde se encontram; muitas vezes até com pessoas circulando de um movimento para outro. A pluralidade de movimentos não está indicando nenhuma compartimentação de suas classes sociais ou camadas sociais diversas. Está indicando diversas formas de expressão. (idem, p.198)

Vemos a pluralidade que caracteriza os movimentos sociais a partir de então, bem como a fragmentação dos diversos grupos está associada às diversas formas de expressão que estes desenvolveram. As reivindicações são pautadas, sobretudo, a partir de contextos mais específicos com “práticas mais concretas”, os sujeitos que vão constituir esse novo cenário (isto diz respeito aos movimentos de mulheres, movimento negro e LGBT etc.) não são “novos”, são novas suas novas formas de organização, uma vez mostrada a insuficiência das organizações tradicionais em darem conta de suas reivindicações. Por outro lado, esse contexto, embora atribuído aos grandes centros urbanos, (como é o caso das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, indicadas como palco das mobilizações por parte da historiografia), é constituído também pela atuação desses sujeitos em outras localidades. Se os grandes centros urbanos eram palco das novas mobilizações e lutas, não o faziam em isolamento, há muitas demonstrações (seja nos movimentos populares de mulheres, nos próprios movimentos negro e LGBT) da conformidade de uma rede de relações que se

estenderia para outras localidades, integrando, também, o quadro de lutas no processo de reabertura.

2.2 Além dos partidos políticos: movimentos feministas, negro e LGBT

O final da década de 1970 no Brasil é marcado pela multiplicidade de disputas e sujeitos envolvidos na abertura. Além das disputas de narrativas sobre a abertura com os próprios autores da ditadura, como colocado por Sader, há de se considerar as divergências no campo dos opositores à ditadura: as esquerdas e todos aqueles considerados subversivos pelo regime. Quando vistos sob uma perspectiva interseccional, percebe-se que além de serem atenuadas as complexidades que permeiam o processo de abertura, são perceptíveis também apagamentos historiográficos.

Em *“Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”*, Carlos Fico (2017) faz importantes apontamentos quanto à atuação organizada e violenta das forças militares, enfatizando o desempenho desse setor para a instauração e manutenção do regime militar. Daniel Aarão Reis (2019), por sua vez, traz destaque aos setores populares como também atuantes nesse processo. Francisco Teixeira da Silva (2019), como já explicitado anteriormente, desloca a centralidade da atuação dos militares e também atribui competência à sociedade civil, organizada a partir dos partidos políticos.

Embora ambos os autores evidenciem as violências provocadas pelo regime militar e cheguem a desmistificar a ideia de possível passividade ou abstenção da sociedade civil nesse processo, ainda o fazem partindo de certa homogeneização, chegando a desconsiderar que as questões que permeiam esse cenário estendem-se para além de uma disputa entre a direita e a esquerda e que esta esquerda não é tão homogênea quanto se costuma colocar. Por esquerda, entende-se, aqui, a sociedade civil atuando nos partidos políticos, os militantes revolucionários nas guerrilhas, no sindicalismo etc.

Nessas narrativas, os movimentos negros, LGBTs, feministas e movimento de mulheres não são colocados como sujeitos do processo de abertura e da luta por

direitos nesse período. Nesse sentido, as obras “Ditaduras e homossexualidades” (James Green; Renan Quinalha, 2015), e “A construção da igualdade” (Edward MacRae; 2018) contrastam com essas versões e, uma vez que, identificam a participação de outros setores nesse processo, destacam as mobilizações dos movimentos homossexuais no período da ditadura e da reabertura.

Sader segue a mesma perspectiva, uma vez que discute o surgimento de novas formas dos sujeitos se mobilizarem nas décadas de 1970 e 1980. Ainda que se atenha, sobretudo, ao novo sindicalismo, destaca a organização dos movimentos de bairros, dos grupos de mães e do movimento negro. Apesar disso, no que toca a participação das mulheres, sobretudo as mulheres negras, nas obras citadas, tais grupos não ocupam o mesmo espaço de protagonismo e relevância nas lutas do cenário político.

Não é nova a participação das mulheres nas lutas políticas no Brasil, como é demonstrado, por exemplo, em *Nova história das mulheres* (Carla Pinsky, Joana Maria Pedro, 2012), obra que traz uma série de textos acerca da atuação das mulheres em diversos períodos da história do Brasil. As mulheres estiveram engajadas nas lutas políticas, mesmo que a historiografia oficial coloque-as às margens da história, essa mesma história atesta que estiveram se organizando, da colônia ao império, da democracia à ditadura, e também na reabertura democrática brasileira.

Ao analisar a trajetória de parte do movimento de mulheres na abertura, assim como não o são “as esquerdas” retratadas pelos autores citados, os movimentos de mulheres e feministas não são homogêneos, embora ora trilhem os mesmos caminhos e reivindicações, em certos períodos seguem caminhos completamente opostos, no que diz respeito à sexualidade, à classe, à raça; conformando conflitos com os demais movimentos (a exemplo o movimento negro e movimento LGBT), o que atenua as complexidades presentes no cenário político da abertura democrática brasileira.

3. CAPÍTULO 2. FEMINISMOS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1970-1980

3.1 O “ano da mulher” e o feminismo

A década de 1970 é marcada pela emergência de múltiplos movimentos de mulheres no Brasil. É importante destacar, no entanto, que a trajetória de luta e a participação das mulheres brasileiras enquanto sujeitos políticos não se iniciou a partir desse momento, visto que há décadas elas já se organizavam a partir de grupo de mães, integravam movimentos de bairros, atuavam no movimento negro, e como destacado, por exemplo, na obra *Nova história das mulheres*, estavam presentes desde as lutas por libertação contra a escravidão ao golpe civil-militar de 1964.

Na segunda metade dos anos 1970, os movimentos feministas sofreram grandes transformações quanto às suas direções e políticas, guiadas por intervenções massivas das Nações Unidas (Silvia Federici, 2019). No Brasil, essas transformações têm como efeitos setores dos movimentos de mulheres e feministas, que viram esse momento como um marco para suas atuações, colocando-o como fundador do movimento feminista de segunda onda no Brasil (Joana Maria Pedro, 2006).

Em *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*, Joana Pedro (2006) discute as narrativas fundadoras do feminismo no Brasil, expondo as diferentes percepções sobre seu momento de “origem”, a partir de algumas entrevistas com mulheres atuantes nos movimentos no então período. Uma dessas *narrativas fundadoras* apresentadas no texto da historiadora relaciona-se a fundação do movimento feminista organizado com a instituição da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1975 como o “ano da mulher” e 1970 como a “década da mulher” (1975-1985). De acordo com essa narrativa, uma reunião ocorrida na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, em julho de 1975, dá início ao movimento feminista organizado; desde então, são tomadas diversas iniciativas e tentativas de organização por parte das mulheres. Surgem desse encontro o Centro da Mulher Brasileira (RJ) e o Centro de Desenvolvimento da Mulher (SP), grupos que se preocupam em fornecer acolhimento e apoio às mulheres, pautando os direitos da

mulher no mundo do trabalho e estudos sobre a temática feminina, reproduzindo em diversas partes do país outros encontros com perspectiva e práticas semelhantes.

Essas e outras narrativas quanto à “origem” do movimento feminista são resultados das disputas de poder existentes entre os grupos feministas, sendo também reflexo de uma intervenção organizada da ONU nos movimentos feministas nesse período, como apontado por Silvia Federici (2019).

Considerando que, 1) nos anos de 1970, o Brasil passava por um de seus períodos mais violentos, de descredibilidade dos militares em decorrência da crise de sua política econômica (*milagre brasileiro*) e repressão crescente desde a vigência do Ato Institucional N°5, que acarretou em cada vez mais ausência de base social de apoio ao regime (SILVA, 2019); 2) a luta pelos direitos das mulheres, refletidas nas novas formas de ocupação dos espaços e mobilização (Eder Sader, 1988); e ainda a percepção do potencial subversivo do movimento feminista (Silvia Federici, 2019), indicam a construção do “ano da mulher” como um marco para o movimento feminista como uma tentativa de institucionalizar e domesticar o movimento, como é apontado por Silvia Federici:

[...] Havia a necessidade de domesticar um movimento que contava com um enorme potencial subversivo, fortemente autônomo (até aquele momento), comprometido com uma transformação radical da vida cotidiana e que suspeitava da representação e da participação política. (Silvia Federici, 2019, p. 239)

Com o regime político em crise e as crescentes mobilizações sociais, a interferência da ONU na atuação do movimento feminista associa-se a uma tentativa de institucionalizar o movimento e domesticá-lo, no sentido de que as discussões, os encontros, a conformação de entidades e as concepções se dariam por vias institucionais, legais, logo, poderiam ser monitoradas pelo próprio regime. Joana Pedro (2006) ressalta, quanto a associação dos movimentos feministas a ONU, um caráter dual em relação aos partidos clandestinos de esquerda: seus militantes vão ter a possibilidade de se reunirem sob a proteção da ONU sem a ameaça direta de repressão; por outro lado, isso poderia significar uma dispersão da “luta prioritária”, visto que as ações seriam mediadas pela ONU.

Assim, é possível considerar que a institucionalização do movimento leva à certa validação e harmonização do cenário nacional (visto que não é possível contrapô-lo diretamente por esses movimentos), e conseqüentemente à limitação do papel subversivo dos movimentos feministas relacionados à ONU:

A intervenção da ONU limitou o potencial revolucionário desses movimentos, assegurando que suas agendas sociais fossem adaptadas aos objetivos do capital internacional e das instituições que o sustentam. Ao contrário da crença popular de que o feminismo patrocinado pela ONU serviu para a causa da libertação feminina, eu me inclino a pensar que o 'feminismo global' despolitizou os movimentos de mulheres, debilitando a preciosa autonomia de outrora e contribuindo para desarticular as mulheres frente à expansão das relações capitalistas (Silva Federici, 2000, p.238).

Como resultado dessa intervenção, haverá uma complexa relação entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas com a política nacional, visto que ora eles vão buscar se aproximar da institucionalização, ou seja, onde há a possibilidade de discutir parcialmente as pautas das mulheres sem ataques diretos vindos do regime militar; e ora vão estar associados às pautas da esquerda, principalmente no que diz respeito às críticas ao autoritarismo, à reivindicação de direitos políticos etc.

3.2 A emergência do feminismo e dos movimentos de mulheres

O dinamismo da conjuntura política nacional levou ao surgimento de variados grupos de mulheres que reivindicavam direitos, colocavam-se como opostos ao regime militar e lutavam pela redemocratização em diversas regiões do Brasil. Atuando a partir da imprensa alternativa, construindo e criando grupos de discussões, realizando encontros e passeatas nas ruas, os movimentos de mulheres - nos restringimos na presente monografia a falar das experiências das mulheres cisgêneras - no Brasil integravam o cenário de luta brasileiro e foram tão ativos quanto as esquerdas quando se pensa a luta pelos direitos e também a restauração da democracia no Brasil.

Passado o evento tido como marco para o ressurgimento do movimento feminista organizado no Brasil, para os setores do movimento feminista que aderiram a

essa narrativa, uma das questões que perpassava as ações desses grupos era a ideia de conscientização.

[...] sugeriu-se que as camadas médias 'esclarecidas' deveriam aproximar -se o máximo possível das camadas populares no sentido de conscientizá-las. Várias dessas ações resultaram de iniciativas de partidos políticos – muitos dos quais ainda estavam na clandestinidade. A retomada do feminismo no Brasil sob proteção da ONU foi, então, como uma possibilidade de realizar essa 'conscientização' das camadas populares. Ou seja, o movimento feminista tornou um passaporte para essa atuação. (Joana Maria Pedro, 2006, p.250)

Para os partidos de esquerda e para parte do movimento feminista, suas organizações cumpriram o papel de aproximar-se das camadas populares a fim de conscientizá-las (Joana Pedro, 2006). Em relação à esquerda, muitas das militantes não eram bem vistas nas organizações de mulheres, pois suas participações ali teriam o intuito de aproximar-se das mulheres periféricas/ populares, utilizando as discussões acerca dos direitos das mulheres apenas como mera ferramenta de captação para seus partidos políticos (Joana Pedro, 2006). Nesse período, além das questões do mundo do trabalho, o acesso à educação é colocado como uma das pautas centrais, uma vez que possibilitaria a aproximação dos movimentos de esquerda das classes populares com mais "facilidade", na medida em que seria atribuída a esse tema certa "neutralidade", escapando, desse modo, da censura do regime. Já as intelectuais feministas, reproduziam as discussões acerca de suas próprias realidades, que não condiziam com as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras e pobres, o que, conseqüentemente, afastava-as do movimento por não se identificarem com as discussões realizadas.

Além de encontros e passeatas, um dos principais veículos de denúncia e de reivindicação utilizado por esses grupos era a imprensa. Poucos anos depois da reunião promovida pela ONU, em 1975, surge o jornal *Brasil Mulher*, no Paraná, que pautou discussões sobre o mundo da mulher e a luta por igualdade. Por algumas de suas editoras serem vinculadas a partidos de esquerda, como Maria Amélia de Almeida Teles, do PC do B, o jornal trazia manchetes a respeito da luta pela anistia, chegando a aproximar muitas de suas leitoras do Movimento Feminino pela Anistia. Esse foi o primeiro jornal do país a utilizar o termo feminismo (Joana Maria Pedro, 2006).

As editoras do *Brasil Mulher* também o utilizavam como uma ferramenta didática, promovendo reuniões de mulheres em grupos de estudo, que liam as edições dos jornais e em seguida as discutiam. Essa metodologia já vinha sendo utilizada por outras mulheres fundadoras de grupos criados anteriormente ao dito ano da mulher. Rose Marie Muraro e Maria Odila Da Silva Leite são algumas das mulheres que já integravam grupos femininos no início da década de 1970. Rose Muraro, por exemplo, participou do congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, organizado por Rony Medeiros, Heleieth Saffioti e Carmem da Silva:

[...] Além desse evento promovido por Rony Medeiros, desde o início dos anos 70 começam a surgir, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, grupos de reflexão. Esses grupos eram formados por mulheres que já se conheciam a mais tempo, eram amigas ou possuíam alguma afinidade.

Albertina Costa, comentando a formação do feminismo no Brasil, identifica duas vertentes: uma ligada à formação do feminismo da França, e outra dos Estados Unidos. De acordo com ela, a vertente que vinha dos Estados Unidos tinha uma prática de 'grupo de reflexão', mais voltada para a transformação pessoal e cultural. E não se tratava de esquerda ou de direita (Joana Maria Pedro, 2006, p. 258).

Os grupos de reflexão no Brasil têm muita influência norte-americana e francesa, uma vez que suas fundadoras vêm desses países ou estabelecem contato com os movimentos feministas deles. É válido destacar que tanto os Estados Unidos quanto a França, encontravam-se em cenários políticos bastante distintos do brasileiro. Naqueles países, observava-se a efervescência dos debates a respeito dos direitos humanos, com suas pautas perpassando os direitos das mulheres, das LGBTQs e negros e negras, é importante se colocar, em regimes democráticos, apesar de suas contradições. Logo as pautas reivindicadas pelas ditas minorias sociais, tidas como identitárias, ganharam visibilidade e adesão dos setores progressistas de esquerda nesses locais, diferente do que viria a acontecer no Brasil, onde essas questões pouco tiveram espaço. No Brasil, os direitos democráticos estão suspensos, e a esquerda, uma vez que priorizava a luta democrática, tendia a menosprezar as demais reivindicações dos movimentos "minoritários". Nesse sentido,

Os partidos políticos que estavam na clandestinidade, por exemplo, estranharam a emergência do novo feminismo. Achavam 'um absurdo' 40 que os grupos feministas pudessem atuar como um movimento autônomo. Diziam que estes eram uma espécie de 'chá das cinco' de mulheres ricas e ociosas, 'uma terapia sem guru, nem terapeuta', 41 um desperdício de tempo que poderia ser mais bem empregado se fosse destinado à luta 'maior' e 'geral'. As facções políticas de oposição ao regime militar consideravam os grupos de consciência e as reivindicações específicas das mulheres como 'desvio pequeno-burguês'. Acusavam as feministas de divisionismo, pois, ao invés de somar esforços, estariam promovendo a discórdia nas famílias e no campo da esquerda. (Joana Maria Pedro, 2013, p.122).

Diante disso, cria-se um abismo político entre esses movimentos. Por um lado, parte do movimento feminista brasileiro colocou-se contrário às organizações políticas de esquerda, por outro, os movimentos políticos de esquerda tradicionais secundarizaram a luta das mulheres, negras, negros e LGBTs.

Além da não proximidade com pautas "políticas", outro ponto em comum dos grupos de reflexão brasileiros com os norte-americanos, foi a forma intelectualizada com que lidavam com mulheres vindas dos setores mais pobres da sociedade. Como citado anteriormente, esses exerceriam o papel de agentes "conscientizadoras", mulheres das classes médias, ricas e brancas "levando o conhecimento" para mulheres negras e pobres.

Apesar de características semelhantes com os movimentos estrangeiros, o racismo em relação à história do movimento feminista brasileiro não foi importado. Há diversos conflitos e disputas envolvendo o "ponto de origem" do feminismo no Brasil, muitos deles se restringem à fundação de organizações e realização de congressos, e embora sejam de fato importantes para a luta das mulheres, muito tem em comum quanto à tradição de invisibilizar a luta das mulheres negras ou mesmo a inclusão de suas pautas em suas reivindicações.

Como é colocado por Lélia Gonzales (2020) em *A mulher negra no Brasil*, texto que integra a obra *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, "o movimento de mulheres, originado nos setores mais progressistas da classe média branca, frequentemente 'se esquece' da questão racial, assim, no que diz tange as mulheres negras, estas teriam seus grupos específicos emergindo dentro do próprio movimento negro" (Lélia Gonzalez, 2020, p.163).

Desde o período pós-abolição, mulheres negras lutam para transformar a sociedade. Os aspectos de violência que perpassam suas vidas não se restringem somente ao meio privado, mas a toda sua constituição enquanto ser humano. Para as mulheres negras, conquistas democráticas como o direito ao voto ou a integração ao mundo do trabalho não são o suficiente para erguê-las em igualdade com os homens (Mariana Quintans, 2015). O trabalho, para as mulheres negras, nunca se tratou de um direito, mas sim de uma obrigação, desde os tempos da colonização. Dessa maneira, ao seguir os moldes de um feminismo europeu, a narrativa tradicional sobre a história do movimento feminista no Brasil, na maioria das vezes, desconsidera a realidade e as reivindicações das mulheres negras e pobres, que há muito vinham se organizando, embora não se colocassem de fato como feministas.

Desde as décadas de 1930, movimentos como a Frente Negra Brasileira (FNB) e o jornal *A Voz da Raça*, travaram discussões pensando a integração de negros e de negras na sociedade, tendo como eixo as reivindicações a respeito da saúde e da educação da população negra. A FNB possuía duas divisões femininas e suas integrantes eram as responsáveis por escreverem para o jornal *A Voz da Raça*, principal veículo de divulgação da organização, além de cumprirem tarefas de recreação (Bebel Nepomuceno, 2012). Nesse contexto,

As mulheres negras voltaram a se destacar nos anos 1950 com a criação, no Rio de Janeiro, do Teatro Experimental do Negro (TEN). 31 Maria de Lurdes do Nascimento, responsável pelo Departamento Feminino do TEN, fundou o Conselho Nacional das Mulheres Negras, composto, majoritariamente, por empregadas domésticas. Seu discurso de posse guarda elementos que ainda hoje pontuam as lutas das mulheres negras: 'A mulher negra sofre várias desvantagens sociais por causa do seu despreparo cultural, por causa da pobreza, pela ausência adequada de educação profissional' (Bebel Nepomuceno, 2012, p.193)

Embora atuassem organicamente no movimento negro, as pautas reivindicadas pelas mulheres negras estavam mais relacionadas à saúde e à educação, sendo estas as prioridades desses movimentos. Desde então, essas diferenças serviram para ampliar a distância entre o movimento feminista e as mulheres negras nesse período.

Evidentemente, as questões pautando a sexualidade e a crítica ao papel social da mulher também perpassam a realidade das mulheres negras, que mesmo dentro de organizações negras, não viam suas pautas sendo reconhecidas por seus demais

companheiros, pois para estes a “lutar maior”, neste caso, a racial, não envolvia o debate acerca do corpo e da sexualidade (Mariana Quintans, 2015).

Em *O feminismo de “segunda onda”: corpo, prazer e trabalho*, Joana Pedro (2012) aponta que o tema do corpo e da sexualidade não só causava segregação em relação às mulheres negras no movimento negro, mas também dentro dos próprios movimentos de mulheres. Sofrendo a influência de um movimento internacional, no qual tais questões eram bem mais discutidas, o feminismo de segunda onda fez circular no Brasil o debate em relação não somente à vida pública das mulheres, mas, sobretudo à vida privada, levantando questões acerca do uso da pílula, por exemplo:

Desde o início da década de 1960, estava disponível no mercado um método mais seguro de contracepção, a “pílula”.¹⁷ A existência desse método anticoncepcional ajudou a consolidar na mentalidade das pessoas a separação entre procriação e sexualidade, com o aval das ciências médicas. Com a existência da pílula, o prazer das mulheres nas relações sexuais tornou-se uma questão ainda mais importante. O medicamento que libertava as mulheres da gravidez indesejada levou-as a se preocupar cada vez mais com que seu desejo fosse levado em consideração na relação sexual. Difundiu-se a ideia de que o prazer não devia, como no passado, ser apenas prerrogativa dos homens. (Esta questão daria o tom de várias reuniões dos grupos de consciência/reflexão no Brasil.) Além disso, a pílula permitiu às mulheres planejarem com mais segurança se, quando e quantos filhos queriam ter, levando em consideração estilo de vida, carreira profissional e questões financeiras. Puderam, então, cogitar outros futuros (Joana Maria Pedro, 2012, p. 118-119).

A nova moralidade instituída pela ditadura civil militar agravou a distância entre as mulheres nos movimentos, na medida em que as demandas se ampliaram, as diferenças entre o movimento de mulheres e o feminista também aumentaram. Embora essas mulheres conformassem grupos e realizassem encontros em conjunto, ou até mesmo concordassem com as pautas acerca de salários iguais, direitos das domésticas, integração em sindicatos etc., as questões a respeito das sexualidades eram motivo para a diferenciação. A nova moral impunha um comportamento seguindo os padrões conservadores, os quais atribuíam um papel social para o homem e para a mulher, e, uma vez que as mulheres se organizavam para questioná-los eram-lhes atribuídos estereótipos que ridicularizavam a aparência e a higiene das mulheres feministas, os quais também são reproduzidos na atualidade.

A moralidade ditatorial cisheteronormativa, além de cercear os debates acerca da sexualidade feminina, teve como principal alvo aqueles e aquelas que não se enquadram nas normas de gênero e, conseqüentemente, tem um impacto mais profundo na vida das LGBTs, que embora nunca tenham garantido sua liberdade de fato, tinham-na menos ainda durante o período ditatorial, como abordado na tese de Renan Quinalha (2017), *Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*, publicada recentemente em livro.

A criação de uma polícia política, com o aval do Estado, foi instrumento para perseguir as pessoas que “violam” a moralidade. Isso, no entanto, não impediu o surgimento de grupos LGBTs no Brasil, a destacar o SOMOS, de São Paulo, que embora não tenha sido o primeiro grupo organizado LGBT do país, foi o primeiro a ganhar visibilidade nacional.

É importante ressaltar que, mesmo sendo compostos por um dos segmentos mais violentado pela durante a ditadura cisheteronormativa, esses grupos não estavam imunes a reproduzirem práticas misóginas e racistas. Como a maioria de seus integrantes eram homens cisgêneros gays, as discussões por vezes giravam em torno de suas pautas, escanteando as reivindicações das mulheres lésbicas, que embora fossem numericamente minoria, passaram a construir o grupo organicamente, até que em 1979, foi criada uma ala específica do Somos, composta por mulheres lésbicas, chamada Grupo Lésbico Feminista (GLF). Essas mulheres tinham um trabalho autônomo, fazendo suas próprias reuniões e eventos específicos, ao mesmo tempo em que também atuavam nos eventos mais amplos, chegando a compor a coordenação do II Congresso da Mulher Paulista (março de 1980):

[...] as lésbicas do LF defendiam que as mulheres lutassem pelo prazer e pela sexualidade como um direito; que rompessem com o círculo de opressão e subordinação masculina, que não aceitava a igualdade da mulher; e que tomassem conhecimento de que a heterossexualidade é imposta e transformada em norma, uma convicção que oprime, fragiliza e promove submissões, bem como impede o reconhecimento de realidades, existenciais e sexualidades plurais.

Essas ideias não eram bem aceitas pela maior parte do movimento de mulheres e pelas feministas, o discurso das lésbicas soava como algo muito radical (Marisa Fernandes, 2018, p.93).

Falar da sexualidade abertamente ainda causava desconforto mesmo nos espaços organizados por mulheres. As mulheres lésbicas sofreram com a exclusão, direta ou indireta, tanto do próprio movimento homossexual, quanto dos movimentos de mulheres. Nesse contexto, foram as protagonistas no debate sobre sexualidade dissidente no feminismo no Brasil. Com a saída do grupo Somos, criaram seu próprio jornal e grupos de reflexão.

Essas disputas e divergências que conformam o movimento de mulheres na década de 1970 formaram a base para o emergir de outros grupos e novas formas de atuar pública e politicamente nos anos 1980:

Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 1970. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real (Eder Sader, 1988, p. 27).

A população voltou a ocupar as ruas em luta por suas demandas, organizando-se em movimentos que não correspondiam mais somente às estruturas de partidos políticos ou aos próprios coletivos, seguindo os mesmos moldes. Tivemos a emergência de novas identidades coletivas e novas formas de se organizar. Seguindo a dinâmica dos demais movimentos sociais, os movimentos de mulheres reorganizaram-se e foram também protagonistas no cenário de lutas por direitos e por democracia.

Embora localmente afastadas do âmago das ditas grandes disputas políticas, que ocorriam no sudeste do país, as mulheres alagoanas não ficaram de fora das mobilizações efervescentes no início da década de 1980. Criaram seus próprios movimentos e colocaram em debate as pautas que lhes eram pertinentes a partir de suas concepções e prioridades.

Muito embora afetadas pelas peculiaridades do contexto local, suas questões não eram menos complexas que as enfrentadas por outros tantos movimentos, sendo afetadas por conflitos políticos entre as esquerdas e a direita, as questões de raça e toda a diversidade relacionada à pauta de gênero.

Diante disso, o próximo capítulo aborda as questões tratadas acima: abertura política, feminismos, movimento de mulheres, fim da ditadura e emergência dos novos movimentos sociais, a partir da criação da União das Mulheres de Maceió.

4. CAPÍTULO 3. UNIÃO DAS MULHERES DE MACEIÓ (UMMa): SUJEITAS, DISCURSOS E PRÁTICAS

4.1 Protagonistas

Se considerarmos a memória recente que o Brasil tem acerca de sua última ditadura, bem como do seu processo de abertura democrática, mais recente ainda é a percepção da atuação das mulheres em ambos os acontecimentos. Estas se estavam organizando e mobilizando o cenário político alagoano, sendo também protagonistas da luta por democracia e pela emancipação feminina.

A violência contra a mulher e as reivindicações por igualdade de gênero estavam em debate em Alagoas, no início dos anos 1980, assim como as iniciativas de grupos de mulheres que atuaram durante esse período, como apontam algumas das matérias publicadas no periódico *Gazeta de Alagoas*. Atos, mobilizações e protestos são algumas das ações protagonizadas pelas mulheres, denunciando a violência de gênero existente no estado.

As reivindicações relatadas partiram de diversas denúncias de violência contra a mulher, expondo casos locais de agressão e assédio, o que pautou a luta por delegacias da mulher no estado e a organização de atos contra grupos misóginos. No decorrer da década, tais pautas também aparecem atreladas às discussões pelas *Diretas Já*² e sobre a Constituinte³, como pode ser observado abaixo, no trecho da nota “Mulheres se mobilizam por eleições diretas”, publicada no jornal *Gazeta de Alagoas*:

² Mobilizações que tiveram como reivindicação a participação da sociedade civil nas eleições; exigindo o voto direto.

³ Exigência dos movimentos sociais (sociedade civil) quanto a elaboração de uma nova Constituinte, a qual contasse com a participação destes e garantisse os direitos que os mesmos estavam reivindicando.

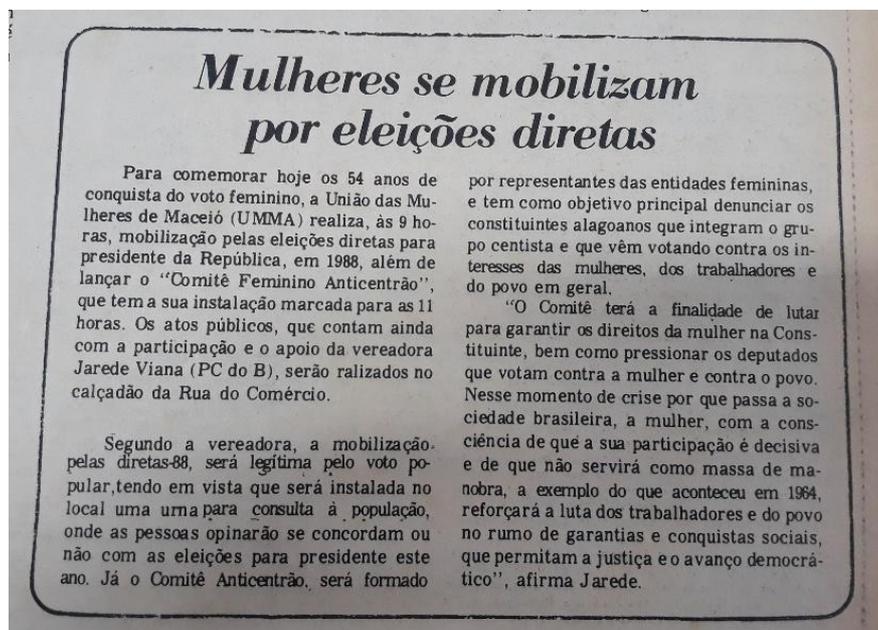


Figura 1 Gazeta de Alagoas, Maceió, 24 de fevereiro de 1988. ACERVO GEPHGS/UFAL

Como vimos, o final da década de 1970 ficou marcado como um momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político (Eder Sader, 1988). Embora a censura e o autoritarismo continuassem presentes, as ruas começaram a ser ocupadas por grupos populares e por movimentos sociais sob suas novas formas. Em Alagoas, entre esses grupos, estava a União das Mulheres de Maceió (UMMA), que foi notícia na imprensa da cidade:



Figura 2 Gazeta de Alagoas, Maceió, 17 de julho de 1985. ACERVO GEPHGS/UFAL

Em entrevista realizada em 27 de maio de 2021, Gal Monteiro, que fez parte da UMMA, atuando no setor cultural e de comunicação, afirma: “se você procurar nos documentos da época, todos têm uma referência à UMMA, porque ela realmente teve uma representatividade bastante marcante”.

A fala de Gal Monteiro, uma das entrevistadas para esta pesquisa, indica a popularidade que a UMMA teve durante seu período de atuação em Alagoas. Foi justamente a partir da análise dos “documentos da época” que tive meu primeiro contato com a União das Mulheres de Maceió. Um dos objetivos do projeto de iniciação científica do qual fiz parte, intitulado “*Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)*”, consistia em formar um acervo documental sobre as resistências feministas, negras e LGBTs em Alagoas, nas décadas de 1970 e 1980. Assim, analisando algumas das edições da *Gazeta de Alagoas*, foram encontrados registros das ações da UMMA e das suas integrantes. No trecho abaixo, observamos referência às integrantes da organização como nomes cotados para disputar cargos na Assembleia Legislativa nas eleições de 1986:

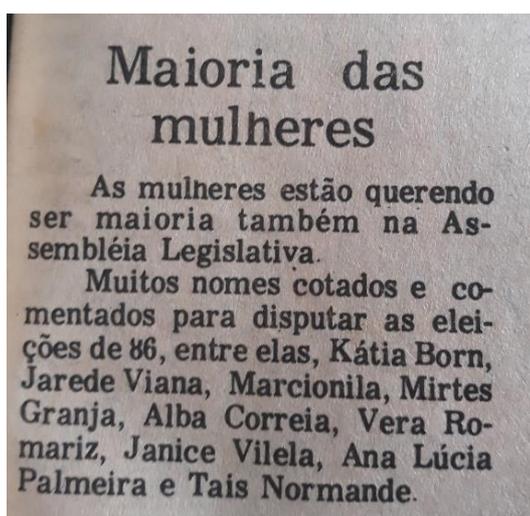


Figura 3 Gazeta de Alagoas, Maceió, 01 de dezembro de 1985. ACERVO GEPHGS/UFAL

Tornando-se um importante componente no cenário regional referente à luta das mulheres por igualdade de gênero e pela democracia, a UMMA foi fundada em 1982. De acordo com Tais Normande, em entrevista realizada em 05 de dezembro de 2019,

A UMMa, ela foi fundada em 1982 no mês de março, e ela se originou a partir de iniciativas de uma série de mulheres que já vinham tendo uma certa militância partidária e política, naquele período, que era o período ainda da ditadura militar [...]. E toda essa movimentação... o próprio movimento estudantil, *né, tava* sendo naquela época retomadas suas entidades e tal, depois dos períodos de repressão, e toda essa movimentação levou a necessidade desse grupo de mulheres, se reunirem, convocarem um encontro, um encontro das mulheres de Maceió; inicialmente encontro das mulheres alagoanas e depois enquanto as mulheres de Maceió e a partir desse processo surgiu a União das Mulheres. Então ela foi fundada oficialmente no dia 7 de março de 1982, é a data oficial da fundação (Taís Normande, entrevista realizada em 05 de dezembro de 2019).

A fala de Taís Normande exemplifica o momento de retomada das entidades e a reocupação dos espaços públicos. Taís foi a primeira entrevistada para esta pesquisa. Além de fundadora da organização, também foi sua primeira presidenta, por duas gestões (1984-1988). Aos vinte e seis anos, a arquiteta integrava o quadro de jovens mulheres da entidade, sendo uma de suas principais representantes, tinha recorrentemente seu nome atrelado às ações da UMMa em periódicos. A partir disso, tive ciência de sua atuação: as reportagens do *Gazeta de Alagoas* traziam algumas de suas falas referentes a ações da UMMa convocando a sociedade alagoana, sobretudo, as mulheres para participar de mobilizações pelas *Diretas Já*. Assim, através de alguns contatos em comum por redes sociais, pude contactar Taís sobre a pesquisa e entrevistá-la acerca de sua experiência na UMMa. A entrevista ocorreu em sua residência, localizada no bairro da Ponta Verde, na cidade de Maceió, em 05 de dezembro de 2019. Além da entrevista, Taís também compartilhou acesso a alguns materiais do seu acervo pessoal: cartilhas, folhetos, cartazes etc..., entre eles, uma cópia do estatuto da UMMa, atas de reuniões referentes ao ano de 1982 e cartazes e cartilhas, utilizados para formação e divulgação de atividades. A entrevista foi realizada a partir de um roteiro de questões que buscava explorar as principais informações sobre a entidade, perguntando sobre ano e contexto de fundação, objetivos, quem eram as integrantes, ações e estrutura de funcionamento da UMMa. O roteiro foi utilizado como referência para as demais entrevistas (foram três no total) realizadas para este trabalho.

Mulheres que antes tinham apenas uma militância em partidos políticos ou no próprio movimento estudantil passaram a compor outros movimentos, construídos a

partir da percepção de suas necessidades, incapazes de serem expressas somente por meio das estruturas tradicionais de organização. Nesse contexto,

Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 1970. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real (Eder Sader, 1988, p. 27).

As mulheres alagoanas passaram a se organizar partindo de seus lugares enquanto mulheres, tendo suas próprias reivindicações e performando identidades coletivas a partir do gênero. Além disso, a fundação da UMMa deu-se como uma continuidade das movimentações que estavam acontecendo desde o final da década de 1970, o que é ressaltado por Maria Alba Correia, integrante da UMMa também entrevistada para este trabalho:

[...] O cenário histórico da UMMa é a ditadura militar de sessenta e quatro (1964). O golpe e a ditadura militar de sessenta e quatro. A construção da UMMa se dá na década... entre sessenta e oitenta, um processo que entrou nessa linha das relações sociais mais amplas. (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

Maria Alba Correia e Gal Monteiro, ambas também fundadoras da UMMa e integrantes até a sua dissolução (sem data específica encontrada), completam o grupo de mulheres entrevistadas. De acordo com Alba:

[...] Fui presidente da APAL, fui pra Brasília pra confederação dos professores do Brasil, que depois se tornou Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, e aqui a gente ficou na APAL até construir o sindicato, que era proibido servidor público ter sindicato. Então nós transformamos a APAL no SINTEAL, desse processo todo eu participei. Depois eu fui pra UFAL, fiz um concurso lá e me meteram novamente no sindicato, então fiz parte da ADUFAL, e hoje eu faço... na coordenação do núcleo de aposentados, que é como eu estou, né. (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021)

Alba foi uma das fundadoras da União das Mulheres de Maceió e da Sociedade dos Direitos Humanos de Alagoas. Seu nome aparece recorrentemente nas atas de reuniões da entidade, as quais fazia à mão (escrita), pondo sua assinatura e indicando seu cargo ao fim do relato. Alba foi Secretária Geral da UMMa, por alguns anos, e mais tarde, como indicado em sua fala, foi eleita presidenta da APAL (Associação dos

Professores de Alagoas). A entrevista com Alba ocorreu de forma remota, em 23 de abril de 2021, já no período da pandemia de COVID – 19. Além de seu relato, em um segundo encontro presencial com Alba, que aconteceu em 25 de maio de 2021, também tive acesso a itens de seu acervo pessoal acerca da UMMa, como cartilhas, folhetos, uma cópia do estatuto, dentre outros.

Alba e Taís, além de terem em comum a atuação na UMMa, têm trajetórias acadêmicas semelhantes. Ambas possuem especialização na área ambiental, sendo mestras e professoras da Universidade Federal de Alagoas. Integram a ADUFAL, presidida por Alba. Agora já aposentadas, deram continuidade à atuação política através do engajamento em partidos e participando de atos e de manifestações. Alba compõe, ainda, a coordenação do núcleo de aposentados da ADUFAL.

A terceira entrevistada, Gal Monteiro, tem uma trajetória que se assemelha às demais acerca de sua relação com a universidade e partidos políticos. Conforme Gal:

Nós militávamos juntas, eu na categoria das assistentes sociais, porque eu fazia parte ainda do grupo de assistentes sociais, ainda não tinha feito jornalismo, eu fiz na sequência; e eu era presidente da associação dos profissionais do serviço social, a APSSAL, que depois se transformou em sindicato, ainda com a gente, na nossa gestão. Mas faltava né, essa liderança pras lutas das mulheres, tanto que se criou não só a UMMa, mas depois o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (Gal Monteiro, entrevista realizada em 27 de maio de 2021).

Gal compunha a coordenação da UMMa, seu nome estava relacionado às questões de comunicação e de cultura da entidade, também era presidenta da Associação dos Profissionais de Serviço Social. Atualmente, ela atua como jornalista (formação posterior) e integra alguns grupos políticos:

Então esse grupo existe, sobretudo eu tenho muito contato, tem o grupo muito organizado dos médicos, os médicos estão... existe um grupo chamado “médicos pela democracia” que tem essa luta agora pela vacina, tem tido uma importância enorme na atuação, naquelas, nas nossas manifestações do EleNã, esse grupo estava lá corajosamente com faixas, existem assistentes sociais, jornalistas, eu sou jornalista, e o nosso grupo, o grupo dos jornalistas, tem representantes nesse grupo, e estou em outros dois grupos de jornalistas na internet pra acompanhar as lutas dos companheiros e participar de alguma forma (Gal Monteiro, entrevista realizada em 27 de maio de 2021).

Taís Normande, Maria Alba Correia e Gal Monteiro contribuíram significativamente para esta pesquisa. Como indicam seus relatos, bem como as demais fontes utilizadas para este trabalho, além de incentivarem a participação política da mulher através da UMMa, foram protagonistas da luta pelos direitos das mulheres, entre eles a democracia e hoje seguem atuando de outras maneiras e integrando outros movimentos: “[...] tenho participação política sim, não tenho dúvida, agora mesmo eu estou com uma: com você, eu estou contando essa história política que as mulheres vivenciaram” (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

Além das já mencionadas acima, Selma Bandeira, Solange Vieras, Maria Helena da Silva, Eleide Medeiros, Maria Lúcia de Sousa, Kátia Borne, Maria Ivone, Ana Cláudia, Terezinha, Noraci Pedrosa e Genilda Leão eram algumas das mulheres que construíram a UMMa e estavam engajadas nas lutas das mulheres, tornando-se referência em resistência ao autoritarismo:

[...] aquelas que eu citei foram as que estavam mais relacionadas com a UMMa, mas agora... eu não posso reduzir a uma representação de uma experiência, tá?! (...) eu me sinto indigna se eu disser um nome não disser as outras, esses que eu citei estão na experiência da construção da UMMa, na vanguarda. Mas tinha Solange Vieras, tinha Maria Helena que foi presa, tinha Marivone (Maria Ivone)! Sabe... então tinha uma vanguarda muito forte. As assistentes sociais eram muito fortes, muita gente participou desse processo. (...) eu não consigo dizer que a gente fez sozinha, é injusto. Não é real dizer que a gente fez sozinha a criação da UMMa, não (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

Em 1982 foi organizado o I Encontro das Mulheres Alagoanas, que contou com a participação de mulheres de vários lugares do estado. Além das discussões sobre a participação política das mulheres, o evento teve como encaminhamento, segundo os relatos de Alba e Taís, a organização do I Encontro de Mulheres de Maceió, que teve como um de seus objetivos a fundação da União das Mulheres de Maceió (UMMa).

ou da nossa categoria, nós vamos formar a união das mulheres”. Logo abaixo, ilustradas com cartazes, estão as reivindicações por “constituente”, “creches”, “fim ao regime militar”, “pelo pagamento da insalubridade à mulher e direito à profissionalização”, “salário igual para trabalho igual” e “liberdade de organização”. Essa cartilha revela o papel que a UMMa tinha junto ao sindicalismo, uma vez que, embora vissem essas organizações tradicionais como insuficientes, ainda teriam uma forte relação com elas.

Ao passar dos anos em que esteve em atuação, a UMMa se tornaria uma das entidades de grande referência para a luta feminina em Alagoas, organizando eventos políticos e/ou recreativos focados em discutir a condição da mulher (principalmente, as da classe trabalhadora, como muitas vezes foi enfatizado pelas entrevistadas), e conscientizar a população acerca de seus direitos, da importância da luta política e de ações de assistência/ apoio às mulheres vítimas de violência. De acordo com Taís Normande,

[...] tinha um grupo de jovens bastante atuantes, que era do movimento estudantil, que também é oriundo ou de origem do movimento estudantil né. Por que eu mesma quando assumi a presidência da UMMa, foi em oitenta e quatro. (...) eu tinha 26 anos, então eu era relativamente jovem. Então tinha um grupo de mulheres jovens, tinha um grupo de professoras bastante atuantes, lideradas principalmente pela professora Ivanilda Verçosa, Alba Correia e Jareda Viana, que já faleceu, e foi inclusive vereadora. Tinha um grupo de assistentes sociais, bastante atuantes também. Pessoas até que você conhece... num sei se você conhece, a Gal Monteiro, tem um programa na Educativa, é jornalista, é assistente social e jornalista; e várias outras né, Gorete Pompe, que também é jornalista (...) Graça Gurgel que era advogada e juíza, que é professora da UFAL também, então assim, era um grupo bastante diversificado. (Taís Normande, entrevista realizada em 05 de dezembro de 2019)

Como a entrevistada evidencia, estudantes, professoras, assistentes sociais, economistas e jovens, adultas, brancas, negras, integravam o grupo que organizou o I Encontro de Mulheres de Maceió e fundou a UMMa, mulheres que, na sua maioria, já atuavam no movimento estudantil e em partidos políticos.

Essas mulheres tiveram suas ações, ora sendo informadas nas páginas dos periódicos ou mesmo tendo seus nomes registrados nas atas das reuniões da UMMa (quando não citadas diretamente pelas próprias entrevistadas), integravam o quadro

da esquerda alagoana, movimentando o cenário político local e, a partir da identificação de suas condições de precariedade enquanto mulheres, reivindicavam seus direitos, performando o gênero em Alagoas. Este exercício é entendido por Judith Butler como uma maneira de agir a partir da precariedade e contra ela (Judith Butler, 2019).

Destacada a importância que tiveram as ações dessas mulheres em Alagoas, é preciso identificar quem eram, de fato, as mulheres que compunham a União das Mulheres de Maceió. De acordo com Tais:

Agora, quem puxava, quem puxava, quem estava à frente, eram pessoas mais ligadas à classe média, eram estudantes, professoras, professoras tanto do estado quanto da universidade né, assistentes sociais, e funcionárias como bancárias, ou ligadas aos sindicatos também. (Tais Normande, entrevista realizada em 05 de dezembro de 2019).

Como ressaltado em sua fala, a entidade era composta majoritariamente por mulheres da classe média ligadas à universidade. E embora não houvesse restrições em relação a um perfil de mulher (ou mesmo de homem) para a participação na organização, um grupo certamente era favorecido em relação ao acesso a tais discussões:

[...] olhe, o campo social da mulher está na empregada doméstica, tá na trabalhadora rural, percebe? Está na mulher que atua. E está na mulher presa nas atividades domésticas. Então a gente não tinha uma seleção, assim... agora, claro que uma discussão desse nível, de resistência inclusive política, era mais favorável aquelas que já estavam em um nível de participação. Então vinham as assistentes sociais, as orientadoras educacionais, professoras, economistas! Vinham homens pra reunião da UMMA, não era uma reunião onde homem não entra, não. A gente queria trocar essas ideias, porque o machismo domina inclusive na esquerda nék (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

Em *A mulher negra no Brasil*, Lélia Gonzalez (2020) comenta o seguinte trecho da obra *Sexualidade da mulher brasileira*, de Rose Marie Muraro:

O número de mulheres na universidade havia quintuplicado em cinco anos! Vemos aí como se conjugam, então, os fatores econômicos reforçando os comportamentais e vice-versa. Isso pode explicar, ao menos em parte, que nesses primeiros cinco anos da década, mesmo sem haver movimento organizado, tenha surgido interesse tão agudo para o problema da mulher. Foi

nesses cinco anos, mesmo, que se processou a maior transformação da condição da mulher na história do país”⁴.

O trecho trata das transformações ocorridas na década de 1970, indicando a relação entre a presença das mulheres na universidade e as mudanças nas discussões dos movimentos acerca da questão das mulheres. Lélia aponta que, embora seja feita referência às “mulheres”, esse trecho pouco diz respeito às mulheres negras, visto que estas, durante esse período, inseriram-se no mercado de trabalho, majoritariamente, a partir de trabalhos manuais (idem, 2020). Desde o período do falso “milagre brasileiro” até às mudanças em decorrência do “desenvolvimento e expansão dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970” (idem, p.162), as pautas dos movimentos de mulheres não disseram respeito especificamente às condições das mulheres negras, uma vez que, em decorrência dessa divisão racial dos espaços na sociedade brasileira, as mulheres que ingressaram na universidade nesse período foram, em sua maioria, mulheres brancas. Assim, pensando o cenário alagoano, no que diz respeito à fundação da UMMA e a suas participantes, notamos, sobretudo, mulheres brancas e/ou pertencentes à classe média. No entanto, é necessário destacar que

Dado seu caráter inovador em termos da sociedade brasileira, o movimento de favelas (como o movimento negro, que iniciou o processo de germinar uma consciência nacional antirracista) também influenciou setores da classe média branca na organização do que veio a ser conhecido como movimentos de bairros (Lélia Gonzalez, 2020, p.162).

No trecho acima, Lélia aponta a influência dos movimentos de favela nos setores da classe média nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Distante desses grandes centros urbanos, em Alagoas, o que viria a aproximar os movimentos de classe média e sindicais de uma consciência antirracista, e, conseqüentemente, das pautas do movimento negro, foram os grupos/movimentos de bairros. A forte atuação da UMMA nos movimentos de bairros, conferia à entidade um caráter consideravelmente popular.

[...] na medida em que a gente via que a mulher tinha que se abrir às diversas dimensões da sociedade, o etnocultural também entrava, o movimento negro

⁴ Rose Marie Muraro, *Sexualidade da mulher brasileira*, 1983, p.14.

participava conosco da discussão. Você tocou em um ponto importante mesmo! Então eram os submissos, os subalternos e os explorados que precisavam estar juntos, não era a União sozinha que ia buscar essa só pra ela, não. Ela está entre os negros, ela está entre os agricultores, ela está entre professores, ela está entre estudantes. (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

Quando questionada sobre como se davam as discussões sobre as questões raciais na UMMA, Alba aponta para discussões em conjunto com o movimento negro, e para a importância da inclusão de todas as mulheres que a UMMA buscava atingir. No entanto, embora parecessem ter suas pautas contempladas a partir da relação da UMMA com o movimento negro e, indiretamente, das demandas acerca da precarização das condições de trabalho das mulheres pobres (visto que estas mulheres pobres, como já indicado acima, eram majoritariamente mulheres negras), no cenário político alagoano, as mulheres negras não ocuparam o mesmo protagonismo que as demais companheiras brancas.

4.2 Emergências e reivindicações

Ao longo da década de 1980, a UMMA terá como finalidade “Unificar e organizar as mulheres na luta por emancipação”, sendo essa tarefa discriminada em seu Estatuto. Para as mulheres que integravam a organização, havia a necessidade de mobilizar as demais para atuar politicamente e “elucidar” a população acerca das desigualdades e violências que lhes tangiam. Suas ações eram articuladas a partir do Estatuto, que descreve cargos e atribuições, áreas de atuação e principais objetivos, como pode ser observado abaixo:

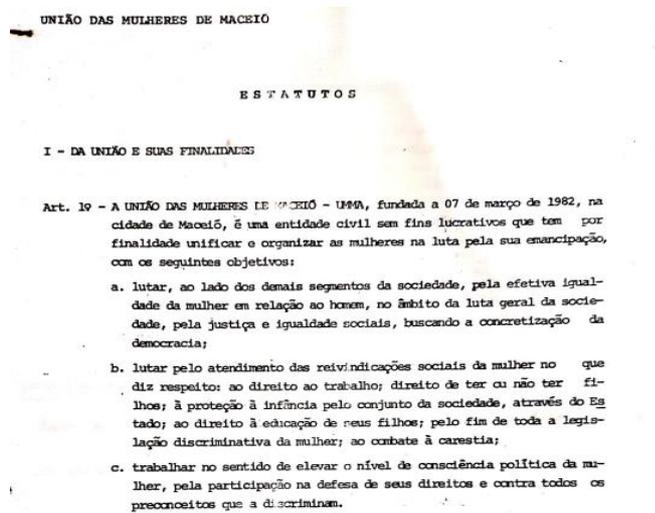


Figura 5 Estatuto da UMMa, 1984, página 1. ACERVO PESSOAL DE ALBA CORREIA

A imagem acima refere-se a um trecho do Estatuto da UMMa, o qual identifica o período de fundação da Entidade, bem como seus principais objetivos, sendo estes:

- a. lutar, ao lado dos demais segmentos da sociedade, pela efetiva igualdade da mulher em relação ao homem, no âmbito da luta geral da sociedade, pela justiça e igualdade sociais, buscando a concretização da democracia”;
- “b. lutar pelo atendimento das reivindicações sociais da mulher no que diz respeito: ao direito ao trabalho; direito de ter ou não ter filhos; à proteção à infância pelo conjunto da sociedade, através do Estado; ao direito à educação de seus filhos; pelo fim de toda a legislação discriminativa da mulher; ao combate à carestia;” e
- “c. trabalhar no sentido de elevar o nível de consciência política da mulher, pela participação na defesa de seus direitos e contra todos os preconceitos que a discriminam (Estatuto da UMMa, 1984, p. 1).

A UMMa teria como objetivo evidenciar a condição da mulher, sobretudo, das mulheres pobres e trabalhadoras. Como observado acima, a entidade organizou-se a partir das reivindicações por direitos (políticos) iguais, colocado no Estatuto como uma condição para a “concretização da democracia”, impulsionando assim, a participação na vida política, a participação nos sindicatos, grupos de bairros e nos núcleos e atividades realizadas. E ainda, as questões relacionadas aos direitos trabalhistas das mulheres e às condições de vida, como a luta contra a carestia, ascendente naquele período. No decorrer da década, outros temas ganharam bastante repercussão entre as pautas da organização e no cenário alagoano: a violência contra a mulher, levando a reivindicações por delegacias; e como já citado anteriormente, às mobilizações por eleições diretas.

No que diz respeito ao funcionamento da entidade, esta se organizava a partir de diretorias e departamentos/coordenações, reunindo-se em núcleos e organizando encontros anuais periodicamente. Além disso, promovia eventos culturais e de formação, muitas vezes organizados em conjunto com outras entidades, como indica a fala de Tais:

A UMMa funcionava assim: tinha uma diretoria, essa diretoria executiva com presidente, secretária, tesoureira, como têm as entidades normalmente, tinha um conselho fiscal, tinha departamentos. Departamento de divulgação, departamento de ação sindical, de ação trabalhista, departamento cultural, entendeu?! Tinha vários departamentos que agregavam a diretoria. Então a UMMa funcionava assim, tinham as reuniões dos núcleos, tinham as reuniões da diretoria, todos os anos a gente fazia geralmente um encontro, o Encontro das Mulheres de Maceió né, e... ou quando havia necessidade convocava assembleias gerais, mas era uma entidade assim, muito ativa né, que as mulheres eram formadas muito pelos movimentos né. (Tais Normande, entrevista realizada em 05 de dezembro de 2019)

Em uma das reportagens do *Gazeta de Alagoas*, encontramos uma menção a um dos encontros bienais organizados pela UMMa e o indicativo de uma possível reeleição de Tais, presidenta da entidade durante o período da publicação. Intitulado “Mulheres lutam por direitos – 3º encontro da UMMa elege nova direção”, o texto do periódico informa sobre a participação da UMMa no 1º Congresso de Entidades Emancipacionistas das Mulheres, ocorrido em Salvador:



Figura 6 *Gazeta de Alagoas*, 23 de julho de 1988. ACERVO GEPHGS/UFAL

Além de identificar o caráter emancipacionista da entidade, o trecho acima cita algumas das reivindicações e pautas discutidas pela UMMa no final da década de 1980. São elas: “reivindicações por creches nos locais de trabalho de mulheres, ‘a manutenção e o respeito no cumprimento da licença maternidade e a segurança no emprego para mulheres casadas ou gestantes’” e ainda “o reconhecimento da maternidade como função social e o direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo no que diz respeito à sexualidade e à questão de ter filhos.”

A percepção da União das Mulheres de Maceió como uma entidade emancipacionista também é colocada por Alba:

Desde então a União das Mulheres passou a acompanhar o movimento nacional e se relacionou com a União Brasileira de Mulheres, nós da UMMa, achamos a União Brasileira de Mulheres e nos relacionamos, porque partimos para discutir a questão das concepções, tá?! (...) aí o nosso movimento pra criar a UMMa, ele não se deu isolado só com mulher. Nós partimos para ver a mulher na condição que ela estava, então fomos para as associações de moradores de bairro, a federação das associações... (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

E reiterada por Tais:

[...] a gente considerava que a mulher precisa se entender como protagonista da vida social, a começar pelo protagonismo da vida dela, com autonomia, com segurança, com emancipação, é aí que a gente assumiu a concepção emancipacionista da mulher, que era trazida pra nós com a experiência da União Brasileira de Mulheres (Tais Normande, entrevista realizada em 05 de dezembro de 2019).

Assim, compondo a rede de grupos de mulheres vinculados à União Brasileira de Mulheres (UBM), a UMMa colocou-se como uma das entidades de caráter emancipacionista. Tendo suas ações norteadas por essa concepção, buscou evidenciar a opressão histórica da mulher em relação ao homem, considerando, inclusive, as dificuldades de combater o machismo dentro da esquerda. Essa emancipação viria a partir da conscientização das mulheres sobre suas condições de desigualdade em relação aos homens, fruto de uma opressão histórica, e da ocupação dos espaços públicos/políticos por estas, exercendo assim sua autonomia.

Além de estabelecer uma relação direta com os movimentos nacionais, seja por meio da UBM ou dos partidos políticos nos quais as integrantes da UMMa atuavam (MDB/PMDB, PC do B, PCB, PT), as mulheres em Alagoas também estavam inseridas

nesse cenário, seguindo as suas movimentações, no que diz respeito às suas pautas e atuações.

Embora, como indicado acima, a UMMa viria a discutir questões relacionadas à sexualidade da mulher e a seus direitos reprodutivos, questões geralmente atreladas aos movimentos feministas da dita segunda onda, ascendentes no Brasil desde a segunda metade da década de 1970, a UMMa se caracterizaria, sobretudo, como um movimento de mulheres, não chegando a reivindicar para si o termo feminismo. Além disso, embora tenha origem nas classes médias universitárias, as mulheres que integravam a UMMa, em sua maioria, estavam vinculadas aos partidos políticos e movimentos sindicais, atribuindo assim, mesmo que indiretamente, um caráter mais popular à entidade, sobretudo a partir de sua atuação nos movimentos de bairro:

[...] e partir de um determinado momento nós passamos também a criar núcleos nos bairros de Maceió, então até com objetivo de tirar mais a União das Mulheres só de um movimento de classe média, a gente buscou chegar até a mulher mais pobre, a mulher da periferia, dos bairros mais pobres de Maceió. Chegamos a construir vários núcleos, chegamos ao ponto, acho, que doze núcleos de bairros, em diversos bairros aqui de Maceió.

[...] Tinha núcleo de mulheres na Vila Aratu, no Vergel do Lago, tinha no bairro de Bebedouro, na Chã de Bebedouro, tinha lá no Tabuleiro, tinha no Clima Bom, tinha núcleo em várias... Ponta Grossa, em vários bairros, no Santo Amaro, interessante, a dona Mocinha, ainda me lembro dela, que ela tinha uma ação junto com as prostitutas do Canaã entendeu?! Santo Amaro é aquele bairro que fica de frente ao Canaã, que era o bairro onde se concentrava as casas de prostituição, né? (Taís Normande, entrevista realizada em 05 de dezembro de 2019)

Os núcleos reuniam-se periodicamente e contavam com a participação de mulheres oriundas da periferia da cidade, embora as principais iniciativas do movimento ficassem ainda a cargo do setor ligado às professoras e às estudantes. As demandas das classes populares tinham espaço significativo nas reivindicações da UMMa. Além de atuar a partir dos núcleos, no bairro de Santo Amaro, para o qual Taís chamou atenção, a entidade buscava também constituir a Associação dos Moradores do Bairro Santo Amaro, como indica o trecho de uma das atas de reuniões, datada de 24 de abril de 1982, ou seja, início de sua atuação:

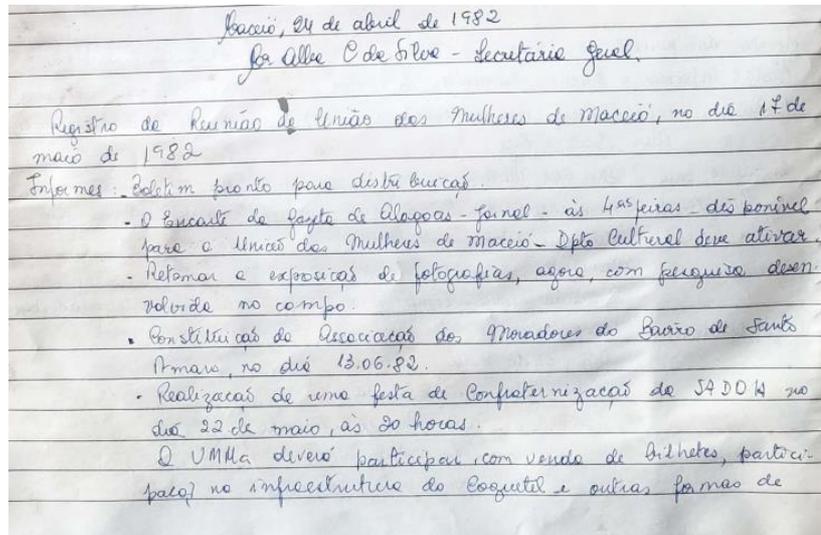


Figura 7 Ata de reunião da UMMa, 24 de abril de 1982. ACERVO PESSOAL DE TAIS NORMANDE

Em outro registro da ata, são indicadas ações da UMMa no bairro do Jacintinho, a convite da Associação de Moradores do Jacintinho:

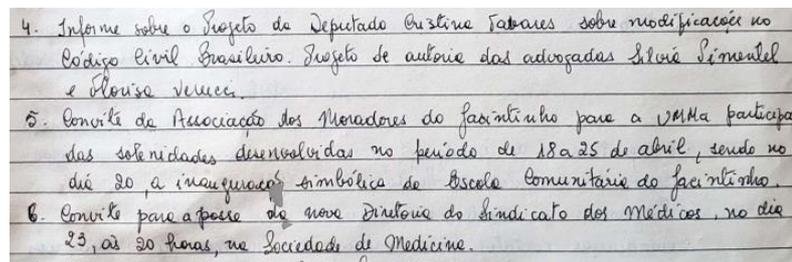


Figura 8 Ata de reunião da UMMa, 19 de abril de 1982. ACERVO PESSOAL DE NOME TAÍS NORMANDE

Além da atuação nos bairros da cidade de Maceió, a UMMa desenvolveu ações em outras cidades do estado de Alagoas, como observado por Alba:

Nessa condição, a luta que se amplia, a UMMa vai para o interior, a gente conseguiu, além dos bairros de Maceió, chegar ao interior, e alguns dos municípios que eu me lembro: Cajueiro, Viçosa, Pão de Açúcar, Água Branca, Pariconha e outros. Onde tinha clube de mães a gente tentava fazer uma articulação, quer dizer, começou em Maceió, mas a gente tentava expandir a proposta... (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021)

Essas e outras ações nas cidades de Alagoas foram informadas em um dos cartazes de divulgação da UMMA, intitulado “UNIÃO DAS MULHERES DE MACEIÓ – ‘2 ANOS DE LUTA’”:

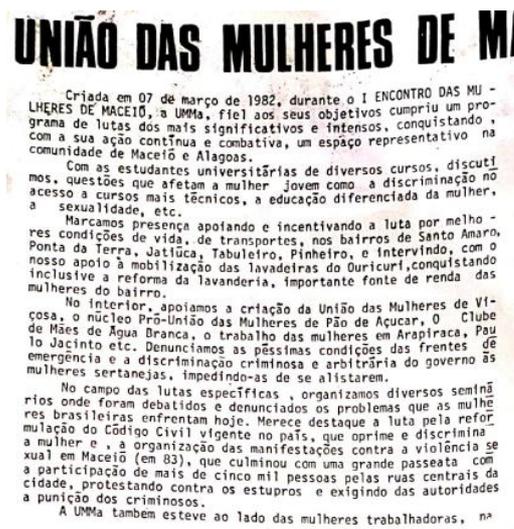


Figura 9 Trecho do cartaz de divulgação do II Encontro das Mulheres de Maceió. ACERVO PESSOAL ALBA CORREIA

O cartaz de divulgação do II Encontro das Mulheres de Maceió (1984), evento bienal organizado pela UMMA, no qual também era votada a sua diretoria, informa sobre as reivindicações das mulheres e faz um balanço sobre as ações desenvolvidas pela entidade ao longo de seus dois anos de atuação. Quanto às ações da UMMA no interior, informa:

apoiamos a criação da União das Mulheres de Viçosa, o núcleo Pró- União das Mulheres de Pão de Açúcar, o Clube de Mães de Água Branca, o trabalho das mulheres em Arapiraca, Paulo Jacinto etc. Denunciamos as péssimas condições das frentes de emergência e discriminação criminoso e arbitrário do governo às mulheres sertanejas, impedindo-as de se alistarem.

Ademais, as ações nos interiores e nos bairros de Maceió, ainda no que diz respeito ao caráter popular da UMMA, é preciso destacar a sua vinculação, desde sua fundação (como mostra o Estatuto), ao movimento de Luta Contra a Carestia, um dos primeiros movimentos, após o AI-5, a mobilizar as camadas populares e ocupar as ruas (Cintia Lima Crescêncio; Mariana Esteves de Oliveira; 2019), tornando-se um dos canais de ligação dos movimentos sociais e partidos políticos com as classes mais baixas.

No Boletim Informativo 3, publicado em dezembro de 1983, segundo ano de atuação da UMMa, mais uma vez foi chamada a atenção das mulheres para sua participação na Luta Contra a Carestia:

[...] No país existe uma luta, onde a mulher deve atuar tomando a direção junto aos outros setores. É a luta contra a carestia. Além da preocupação com o preço da água, e transporte, para a dona de casa, custa muito o ato de ir à feira, para sair cada vez mais pobre sem conseguir comprar o que a família necessita de fato. Cada ida ao mercado gera um clima de nervosismo, apreensão provocando revolta, principalmente pelos efeitos maléficos a saúde e educação da família. Pôr nossos filhos na escola, se torna tarefa cada vez mais difícil, pelas taxas desnecessárias que pagamos, mesmo nas escolas públicas, além do transporte e material escolar também caros, o que agrava a situação. Enquanto isso o governo, arbitrariamente e demagogicamente, utiliza a política de congelamento de preços aplicados em produtos de beleza que a mulher brasileira normalmente não pode usar, apesar de serem importantes, por não constarem na lista de produtos básicos de sobrevivência. Essa situação tem a dimensão da irresponsabilidade de um governo anti-democrático que joga sobre a nação brasileira o peso da sua maior crise, deixando sérias consequências nos lares do povo, empobrecendo ainda mais a milhões de pessoas. Neste quadro, nós mulheres temos a necessidade e dever de ingressar nesta luta mais geral do povo. Entendemos que além das nossas lutas específicas e que dizem respeito à discriminação sexual, sofremos como todo o povo brasileiro a repressão e falta de liberdade política e de participação. Engajar se nessa campanha e nessa luta é a conclamação que faz a UMMa, às companheiras, a fim de que possamos barrar os constantes aumentos de preços dos alimentos, dos transportes, de habitação, etc. Companheiras, participem! Venham discutir conosco o melhor caminho para a vitória contra a insuportável situação. (Luta contra a carestia, p. 2-3; *Boletim Informativo* 3, dezembro de 1983)

Além dos cartazes de divulgação dos Encontros de Mulheres e o periódico *Presença da mulher*, vinculado à União Brasileira de Mulheres, a UMMa possuía ainda cartilhas, panfletos e o seu próprio boletim, no qual divulgava, periodicamente, as ações, reivindicações e posicionamentos da organização sobre os temas da atualidade.



Figura 10 Boletim Informativo 3, dezembro de 1983. ACERVO PESSOAL ALBA CORREIA

Além de denunciar a violência da política econômica tocada pelos governos ditatoriais, o texto chama a atenção das mulheres para a importância da Luta Contra a Carestia, atrelando-a às questões da saúde e da educação, que vão dizer respeito, principalmente, às mulheres das camadas populares, em destaque, àquelas na condição de mães e donas de casa.

É importante atentar também para o modo como essas questões foram apresentadas. Embora constantemente seja atribuída a importância e essencialidade da atuação das mulheres em todos os meios, algumas pautas foram colocadas no

campo da “luta geral” e outras no campo da “luta específica”. Embora apareçam como “os direitos da mulher trabalhadora”, “a mulher na educação” etc. e ainda as campanhas por eleições diretas e Constituinte, democracia, estiveram mais associadas à luta geral; já as lutas específicas “dizem respeito à discriminação sexual”, à sexualidade, de modo geral, aos direitos reprodutivos, ao combate à violência doméstica, e até às discussões sobre aborto, sendo essa questão também mencionada no Boletim (1983), em uma entrevista da UMMa com o senador Teotônio Vilela. As questões ditas específicas estavam atreladas também à necessidade das mulheres se auto-organizarem, uma vez que os demais espaços políticos mostravam-se insuficientes para debatê-las. A noção acerca da divisão de pautas entre esses dois campos também é encontrada na fala de Taís:

[...] era um momento difícil né... porque o Brasil estava ainda vivenciando o regime militar né, mas foi assim, um momento de ascensão dos movimentos populares, então muitos movimentos surgiram nesse período e, dentre esses movimentos, tivemos necessidade, inclusive, de fortalecer a participação da mulher nesse processo. Então por exemplo a gente pode ver... você até consiga vislumbrar muito, mas por incrível que pareça na década de oitenta, a participação da mulher ainda era muito menos, muito inferior ao que é atualmente, então havia por um lado a necessidade de ter um canal maior de participação das mulheres, no movimento político, movimento de luta pela democracia né, no movimento e nas mudanças no nosso país; como também havia a necessidade de uma luta específica da mulher, porque existia além da opressão geral do povo, existia a opressão específica da mulher, então a gente achou necessário, ter uma entidade específica que abordasse especificamente os problemas da mulher naquela conjuntura política, e que ao mesmo tempo fosse mais um instrumento de luta pela democracia, pela volta da democracia no país. Então a UMMa ela expressava um pouco essas duas coisas, juntava um pouco essas duas coisas (Taís Normande, entrevista realizada em 05 de dezembro de 2019).

Embora seja evidente a divisão que a UMMa e suas integrantes tinham sobre as “questões específicas” e a “luta geral do povo”, a elas vai ser atribuída a mesma relevância. Logo, aqui não é dada a divisão dessas questões a partir de uma lógica hierárquica, geralmente adotada pelos movimentos tradicionais, nos quais as questões da mulher não tinham espaço. Essa divisão estaria mais associada ao desenvolvimento e à expansão dos movimentos sociais ocorrida na última década, a qual possibilitou que amplos setores da população brasileira passassem a reivindicar e a intervir de forma mais direta (Lélia Gonzalez; 2020), sendo fruto de uma intervenção mais direta das mulheres alagoanas sobre suas questões

4.3 Ações públicas

A UMMa promoveu diversos eventos e ações levando as mulheres alagoanas a discutirem sua condição de exploração e de desigualdade, atrelando as discussões sobre os direitos das mulheres a pautas regionais e nacionais: direitos trabalhistas, sexualidade, educação, saúde, moradia, creches e ainda a violência contra a mulher e eleições diretas, que resultaram em reivindicações por delegacias da mulher e representações parlamentares. Eram organizados Encontros das Mulheres de Alagoas, palestras e outras atividades de formação, atividades culturais, exibição de filmes, panfletagens e passeatas pelas ruas da cidade.

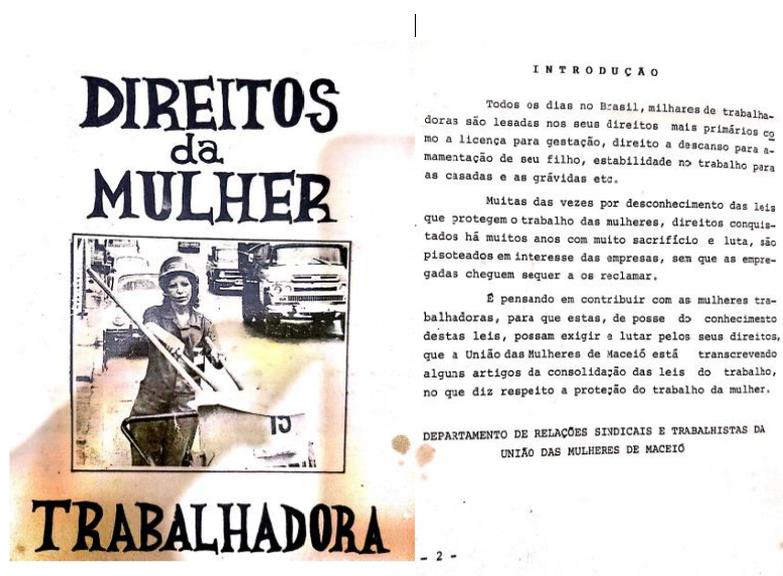


Figura 11 Cartilha “Direitos da Mulher Trabalhadora”, elaborada pelo Departamento de Relações Sindicais e Trabalhistas da UMMa. ACERVO PESSOAL TAÍS NORMANDE

As cartilhas e cartazes eram voltados, sobretudo, para as mulheres da classe trabalhadora. Nesses materiais, além dos dados sobre a entidade, eram apresentadas, de forma simples, informações sobre os direitos das mulheres, suas conquistas e outras pautas. Na figura acima, está uma das cartilhas elaboradas pela UMMa, voltada para os “Direitos da Mulher Trabalhadora”. Nessa cartilha, as mulheres são chamadas a irem às ruas “sem ser agredidas e humilhadas”, sendo essa participação colocada como um direito, independentemente, do local que frequentem. Ao longo das páginas, são citadas também questões sobre a ocupação de cargos e de salários iguais, sobre estereótipos relacionados à fragilidade feminina e à vida doméstica, bem como sobre a

objetificação do corpo feminino e sobre a agressão física. As mulheres são convocadas a se colocarem contra “toda forma de discriminação da mulher” e a participarem da luta por creches, por salários iguais, por melhores condições de trabalho, pela constituinte e pelo fim do regime militar, principais reivindicações do período e levantadas pelos movimentos de mulheres no país.

No que diz respeito ao contexto regional, a cartilha vai chamar atenção para a crescente violência contra a mulher no estado de Alagoas, tema discutido desde a fundação da UMMa, que ganhará mais espaço entre as pautas da organização, visto os recorrentes casos de violência contra as mulheres que vão fazer parte do cenário alagoano.



Figura 12 Trecho do cartaz de divulgação do II Encontro das Mulheres de Maceió. 1984 ACERVO PESSOAL TAÍS NORMANDE

Um trecho do cartaz de divulgação do II Encontro das Mulheres de Maceió, expressa a preocupação com a crescente violência em Alagoas: “Alagoas é conhecido como um dos estados mais violentos do país. Essa violência chegou ao ponto de no ano passado o estupro ser quase uma atividade diária de elementos que até hoje estão vagando pelas ruas da cidade”. O trecho faz menção aos recorrentes casos de estupro e de outros tipos de violência ocorridos ainda no ano de 1983. Além de serem noticiados pela UMMa, os casos tiveram espaço também no *Gazeta de Alagoas*:



Figura 13 Gazeta de Alagoas, Maceió, 15 de junho de 1983. ACERVO GEPHGS/UFAL

A matéria intitulada “Mulheres exigem apuração de crimes sexuais”, apresenta uma das ações da UMMa em relação aos casos de estupro, em Alagoas, praticados pela *Gang Sádica*. Em conjunto com o Diretório Central dos Estudantes – DCE, a UMMa organizou uma passeata em protesto à impunidade desses crimes, fazendo um abaixo-assinado que, posteriormente, seria levado ao secretário de segurança, exigindo a punição dos estupradores. Ocupando as ruas do centro da cidade, o ato, além de falas de representantes da UMMa e do DCE, teve a participação das vereadoras Jarede Viana e Kátia Borne, junto da deputada Selma Bandeira, ambas ligadas à UMMa. Elas responsabilizaram o secretário de segurança e o governo pela impunidade dos estupradores. A esse respeito, Maria Alba afirma:

Têm fatos que a gente considera marcantes, a gente realizava debates, atos, pra fazer a discussão da formação da consciência, com lideranças feministas. A gente fez um grande ato público e uma passeata vigorosa contra a *Gang Sádica*, foi uma quadrilha que se formou para estupro de meninas, mulheres etc. Isso aí deu um ato público no centro da cidade e uma grande passeata, com a participação de 30 associações de moradores e outras instituições. Nós ganhamos apoio do parlamento e do poder executivo. (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021)

A fala de Alba atenta para a importância do ato, uma vez que teve adesão popular e dos movimentos sociais, alcançando visibilidade na imprensa e no

parlamento. Essa foi uma das ações de maior repercussão organizada pela UMMa em Alagoas. Sendo citada também por Taís:

[...] Eu lembro que a gente fez uma manifestação, principalmente, quando a gente fazia atos contra a violência, por incrível que pareça. Tiveram dois movimentos bastante significativos aqui: um que a gente chamava de movimen... Gang Sádica. É... to falando porque você pode encontra alguma coisa na imprensa sobre isso. (...) Era um grupo de rapazes de classe média, jovens aqui de Maceió, de famílias conhecidas que pegavam as jovens e, jovens de classe média também, e aí... ou levava pra um motel, ou dizia que ia sair. E terminava estuprando as meninas, ou fazendo... praticando sexo de uma forma que as pessoas não queriam. Então as mulheres começaram a denunciar. E aí teve esse Movimento da Gang Sádica, que foi bastante forte. Fizemos uma passeata imensa, com 6 mil pessoas, em Maceió naquela época né, era uma multidão nas ruas, então tinha pressão por tudo que é lado. (Tais Normande, entrevista realizada em 05 de dezembro de 2019)

Além dos crimes praticados pela *Gang Sádica*, outro caso de violência contra as mulheres que teve grande repercussão em Alagoas, foi o de Maria Lúcia, citado por Alba:

Tem um fato também que a gente considera, que foi o caso da Maria Lucia, uma trabalhadora rural, daqui do interior de Alagoas, ela foi marcada com aquelas ferramentas de marcar gado pelo marido com a sigla "MGSM", essa criatura, nós fomos vê lá e ela tava que não podia se apresentar. Então a UMMa e outras entidades entraram em apoio e nós conseguimos, inclusive, que ela saísse do estado pra fazer a cirurgia plástica, fora de Alagoas. Foi um fato muito sério, tomou repercussão internacional (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021).

O caso de Maria Lúcia ganhou o apoio da UMMA e de outras entidades, como citado por Alba na entrevista, sendo noticiado no *Boletim Informativo* da UMMA, em janeiro de 1985, uma moção de apoio do PMDB:

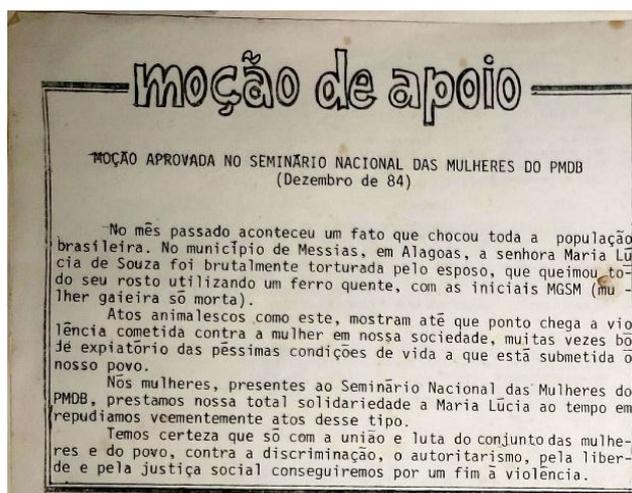


Figura 14 Boletim informativo da UMMA, moção de apoio, 1985. ACERVO PESSOAL ALBA CORREIA

Como indicado na moção, o caso, que aconteceu na cidade de Messias, teve grande repercussão no cenário nacional. Maria Lúcia de Souza teve seu rosto desfigurado, sendo marcado a ferro com as iniciais “MGSM”, fazendo referência à frase “mulher gaieira só morta”. Seu caso foi considerado uma das maiores expressões das violências cotidianas e naturalizadas às quais estavam submetidas as mulheres. Embora não seja possível identificar a fonte/origem, outra matéria também faz menção ao caso de Maria Lúcia, a qual traz uma foto da vítima com a legenda “Maria Lúcia, marcada a ferro nos anos 80: repercussão internacional”, acompanhada de um pequeno texto narrando o caso com o título “marcada a ferro e fogo”:



Figura 15 Imagem encontrada no acervo pessoal de Alba Correia. ACERVO PESSOAL ALBA CORREIA

Assim, inserida em um cenário de violência, as ações da UMMA, em conjunto com outros movimentos sociais, apontaram para a necessidade da implantação de delegacias da mulher. Essas reivindicações também foram noticiadas no *Gazeta de Alagoas*:



Figura 16 Gazeta de Alagoas, 09 de julho de 1985. ACERVO GEPHGS/UFAL

No trecho “mulheres pedem delegacia para crimes sexuais”, é informado que a UMMa se reuniria com o secretário de segurança pública para discutir a implantação de uma Delegacia Especial para Crimes Sexuais, sendo este um projeto nacional. Já outro trecho traz um anúncio de Selma Bandeira sobre o comprometimento assumido pelo governador Divaldo Suruagy em criar a Delegacia Especial, colocando em prática um projeto que previa, ainda, que haveria na delegacia uma delegada, advogada, médica e psicóloga, o título da matéria diz “Governador criará delegacia para proteger a mulher”:

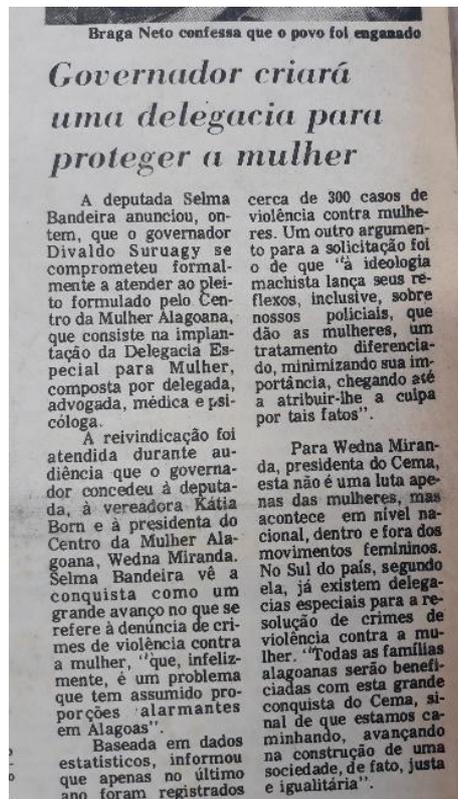


Figura 17 Gazeta de Alagoas, 11 de julho de 1985. ACERVO GEPHGS/UFAL

No que diz respeito à reivindicação por delegacias, as ações da UMMa desenvolveram-se em conjunto com o CEMA (Centro da Mulher Alagoana), associado, principalmente, à vereadora Kátia Born.

Os últimos anos da década de 1980 foram marcados pelas discussões nos movimentos sociais e partidos políticos acerca da Constituinte e das eleições diretas por todo o país, com organização de caravanas a Brasília, cartas de reivindicações, comitês, passeatas etc. Em Alagoas, as ações construídas pela UMMa somaram-se a esse contexto. Em 1988, a União das Mulheres de Maceió organizou uma mobilização na Rua do Comércio em comemoração aos 54 anos da conquista do voto feminino, reivindicando eleições diretas. É o que informa o trecho do *Gazeta de Alagoas*, intitulado "mulheres se mobilizam por eleições diretas":

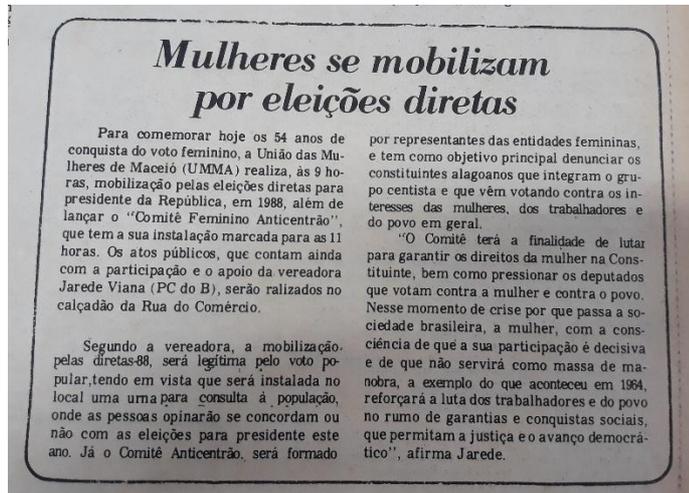


Figura 18 Gazeta de Alagoas, Maceió, 24 de fevereiro de 1988. ACERVO GEPHGS/UFAL

A partir da atuação na UMMA, mulheres alagoanas tornaram-se protagonistas no cenário político, reivindicaram direitos, lutaram por democracia, promoveram diversas mobilizações, atuaram em conquistas históricas, ocuparam as ruas, espaços públicos e políticos, movidas, sobretudo, pela insatisfação com as condições das mulheres durante esse período. A partir da UMMA, a ação e atuação dessas mulheres expandiu-se, inseriu-se em outras organizações, mobilizou outras pautas:

[...] o movimento da UMMA ele foi fomentando algumas outras associações, havia a Sociedade Alagoana em Defesa dos Direitos Humanos, foram aparecendo nesse processo... foram aparecendo nesse processo outras associações, tanto é que, a luta pela construção do Conselho Estadual da Mulher, a Secretaria da Mulher e a Delegacia da Mulher não foi só da UMMA, o movimento já tinha crescido pra outras representações. Por exemplo, eu saí da UMMA e fui pra o sindicato, foram se movimentando outras mulheres, ta certo?! E outras entidades foram surgindo e naturalmente o processo da UMMA... a gente não considera que ela cumpriu seu papel todo não, é que o movimento histórico... nos levou a uma conquista. As instituições governamentais assumiram a proteção a mulher, pelo Conselho, pela Secretaria, pela Delegacia. (Maria Alba Correia, entrevista realizada em 23 de abril de 2021)

Ideia que também será reforçada por Tais:

A gente tinha pautas de reivindicações, levava e fazia caravanas à Brasília de ônibus, os encontros passavam a ser lá em Brasília, por causa da importância da Constituinte, né. E realmente nós conseguimos inserir, assim, a grande maioria do que estava na nossa pauta de reivindicações, das mulheres e até dos trabalhadores, conseguiram inserir... bastante coisa, né, na Constituição. Tanto é que a nossa Constituição é bastante razoável né, o nosso problema não dentro da Constituição. Mas conseguimos. Porque foi um movimento bastante forte, das mulheres e dos trabalhadores, naquele período, pra inserir

esses direitos né. E aí, quando passou esse período, foi assim... (Taís Normande, entrevista realizada em 05 de dezembro de 2019)

Ambas associam o fim da entidade à conquista dos direitos das mulheres a partir da Constituinte e à retomada da democracia com as eleições. Dessa forma a organização, a partir dos moldes que a originou, não teria mais funcionalidade dentro desse contexto. Para além disso, as falas também ilustram uma certa institucionalização dos movimentos sociais ocorrida durante esse período.

No que toca à União das Mulheres de Maceió, é inegável seu papel histórico, bem como o de suas integrantes nas lutas e mobilizações em Alagoas. Em *Corpos em aliança e a política das ruas*, Judith Butler afirma que “quando as pessoas se reúnem nas ruas, uma implicação parece clara: elas ainda estão aqui e lá, elas persistem; elas se reúnem em assembleia e manifestam, assim, o entendimento que a situação é compartilhada, ou o começo desse entendimento” (Judith Butler, 2019, p.32). Na década de 1980, a UMMa foi uma das principais entidades de Alagoas responsáveis por expressar que, sim, as mulheres estavam aqui, ocupando as ruas, fazendo política, sendo protagonistas: exercendo seu direito de aparecer.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseccionalidade torna possível a percepção de como o mundo social é construído e, conseqüentemente, a identificação dos sujeitos envolvidos nos processos históricos. No que diz respeito ao período da abertura, fica evidente que mulheres, negros e negras, LGBTs, organizados/as em seus movimentos atuaram no cenário político como protagonistas, fazendo suas reivindicações a partir dos contextos em que estavam inseridos/as.

Em Alagoas, a partir da União das Mulheres de Maceió (UMMa), as mulheres atuaram, no cenário alagoano, na luta por seus direitos e por democracia, não estando alheias às discussões nacionais. Desse modo, foram algumas das responsáveis por colocar em evidência as questões de gênero em Alagoas, sem desatrelá-las da luta por democracia.

Embora ao longo desta pesquisa tenha ficado evidente o papel significativo que essas mulheres desempenharam quanto à luta por direitos em Alagoas, chegando a se tornarem referência no cenário político, ocupando cargos, estabelecendo diálogos com diversos setores dos movimentos sociais, no estado e em outras regiões do Brasil, além de se tornarem notícia e atuarem diretamente no combate a casos de violência e apoio às vítimas destes, a consciência acerca de suas ações só foi possível a partir da investigação e da análise historiográfica, que possibilita percebê-las e colocá-las como protagonistas de luta por democracia durante o período da reabertura em Alagoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARAS, L. B. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. p. 555. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2013.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs). **Ditadura e homossexualidades**. São Carlos: EDUFSCar, 2015, p. 27-52.
- CRESCÊNCIO, C. L.; OLIVEIRA, M. E. de. **Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher: Movimento de Mulheres do IAJES, Movimento Regional de Mulheres e a luta por democracia no Brasil**. Anos 90, [S. l.], v. 26, p. 1–20, 2019. DOI: 10.22456/1983-201X.89908.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2021.
- FERNANDES, Marisa. **Ações Lésbicas**. In: GREEN, James; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. **O tempo do regime autoritário**: Ditadura militar e redemocratização. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil**: ausências, emergências e a produção de saberes. Dossiê 105007/2175-7984. 2001 V.10 Nº 18p. 133.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. **Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil**. Locus, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2014.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. / Edward Macrae. – Salvador: EDUFBA, 2018. pp. 119-215; 305-340.

MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (org.). **Corpos em aliança**: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Pólen, 2021.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Rev. Bras. Hist.** v.26, n. 52. São Paulo Dec. 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964- 1988). **Editora?** São Paulo: 2017.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Classe, raça e gênero na luta por direitos do movimento negro. **Revista InSURgência** | Brasília | ano 1 | v.1 | n.1 | jan./jun | 2015, p. 72-100.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminado esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs). **Ditadura e homossexualidades**. São Carlos: EDUFSCar, 2015, p. 83-124.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SARDENBERG, C. M. B. Mulheres em movimentos de bairro, conscientização feminista e feminismo popular em Salvador, Bahia - anos 1980 e 1990. **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 133–160, 2019. DOI: 10.28998/rchv10n09.2019.0009.

SILVA, Francisco. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: quarta república (1964-1985)**. 9° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.